



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



JACQUELINE DANIELLE PEREIRA

**A CRIANÇA E O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL**

UBERLÂNDIA

2022

Universidade Federal de Uberlândia - Avenida Maranhão, s/nº, Bairro Jardim Umuarama - 38.408-144 - Uberlândia – MG

(34) 3218-2701 pgpsi@fapsi.ufu.br <http://www.pgpsi.ufu.br>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



JACQUELINE DANIELLE PEREIRA

**A CRIANÇA E O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Psicologia Aplicada.

Área de Concentração: Psicanálise e Cultura
Orientador: Prof. Dr. João Luiz
Leitão Paravidini

UBERLÂNDIA

2022



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da
UFU com dados informados pelo(a) próprio(a)
autor(a).

P436 Pereira, Jacqueline Danielle, 1995-
2022 A CRIANÇA E O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO:
CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E
REAL [recurso
eletrônico] / Jacqueline Danielle Pereira. - 2022.

Orientador: JOÃO LUIZ LEITÃO PARAVIDINI.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal
de Uberlândia, Pós-graduação em Psicologia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em:
<http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.500> Inclui
bibliografia.

1. Psicologia. I. PARAVIDINI, JOÃO LUIZ
LEITÃO, 1961-, (Orient.). II. Universidade Federal de
Uberlândia. Pós-graduação em Psicologia. III. Título.

CDU: 159.9

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o
AACR2: Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Psicologia				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico/ número 411, PPGPSI				
Data:	Dois de setembro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:30	Hora de encerramento:	16:30
Matrícula do Discente:	12012PSI013				
Nome do Discente:	Jacqueline Danielle Pereira				
Título do Trabalho:	A criança e o Outro no contemporâneo: considerações acerca do Simbólico, Imaginário e Real				
Área de concentração:	Psicologia				
Linha de pesquisa:	Psicanálise e Cultura				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A constituição do psiquismo e a lógica da ternariedade na formação subjetiva contemporânea				

Reuniu-se de forma remota, via web conferência, junto a Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia, assim composta: Professores Doutores: Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly; Cristina Abranches Mota Batista - CAIS; João Luiz Leitão Paravidini, orientador da candidata. Ressalta-se que todos membros da banca participaram por web conferência, sendo que o Prof. Dr. João Luiz Leitão Paravidini e a discente Jacqueline Danielle Pereira participaram da cidade de Uberlândia - MG, a Prof.^a Dr.^a Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly participou da cidade de Poços de Caldas - MG e a Prof.^a Dr.^a Cristina Abranches Mota Batista desde a cidade de Belo Horizonte - MG, em conformidade com a Portaria nº 36, de 19 de março de 2020.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Dr. João Luiz Leitão Paravidini apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu à Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa. A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida eachada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **João Luiz Leitão Paravidini, Presidente**, em 02/09/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly, Usuário Externo**, em 02/09/2022, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, §1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristina Abranches Mota Batista, Usuário Externo**, em 02/09/2022, às 16:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3875152** eo código CRC **F45199B4**.

Referência: Processo nº 23117.063356/2022-66

SEI nº 387515



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA



JACQUELINE DANIELLE PEREIRA

**A CRIANÇA E O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO - CONSIDERAÇÕES
ACERCA DO SIMBÓLICO, IMAGINÁRIO E REAL**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia para obter o título de mestra em Psicologia.

Área de concentração: Psicanálise e Cultura

Orientador: Dr. João Luiz Leitão Paravidini

Uberlândia, 02 de setembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Dr. João Luiz Leitão Paravidini (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia

Dra. Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly (Examinadora)

Dra. Cristina Abranches Mota (Examinadora)
CAIS-CONTAGEM

Dra. Juçara Clemens (Examinadora suplente)
Universidade Federal de Uberlândia

**Uberlândia
2022**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**



À Manu, minha criança predileta, que habita esta época tão refratária aos seus encantamentos.

Aos meus amados afilhados, Francisco, Anthony e Manu, que me ensinam sobre as crianças e despertam em mim a minha criança tímida.

Às crianças de minha clínica, meus pacientes, que me acompanham (e esperam) na minha formação como sua analista.

Aos meus pais, que me permitiram ser criança.

Ao Álvaro que renova diariamente a escolha de fazer parceria com meu amor – a criança que existe em mim.

AGRADECIMENTOS

Desde os primeiros passos na pesquisa acadêmica, já me advertiam de que essa seria uma caminhada solitária. E realmente é. Mas, tal qual podemos depreender com Lacan, qualquer trilha que um sujeito percorra é na solidão que o faz. A historieta dos três ladrões que precisam resolver um impasse lógico ilustra bem isso (Lacan, 1945/1998).

Sozinho, mas não sem os outros (minha amiga psicanalista Marina Silveira sempre diz isso). Se o caminho para a construção de um saber é sempre só, não o é sem a parceria de vários. Com este percurso aqui materializado em um trabalho textual não poderia ser diferente. Ainda que escrito a uma só mão, ele foi sustentado por muitos, dentre os quais agradecerei em especial a alguns agora.

Agradeço aos meus pais, Rossini e Cristina, pelo suporte, apoio e incentivo. Mesmo algumas vezes sem entender muito bem a minha insistência nos estudos persistentes, sempre me acompanhavam. Ou quando não concordavam com a necessidade das horas a fio dentro de uma sala em frente ao computador, ainda assim não me desamparavam. À minha mãe, de modo especial, por me alimentar e cuidar das coisas a minha volta, por suportar até mesmo quando eu nem podia arrumar a minha cama devido à urgência em escrever – e por várias vezes, acabava por arrumar para mim. Ao meu pai, por acreditar sem cansar em mim, pelo incentivo e exemplo nos estudos.

À minha irmã, Joyce, pelo amor e compreensão. Por também sempre ver o que há de melhor em mim, por me estimular sempre e se fiar em minhas potencialidades. Aliás, devo a ela o meu despertar na clínica.

Aos meus amigos, pelos caros momentos de descontração, amizade e apoio. Em particular, à Deruchette pela escuta sem medidas e a prova diária do companheirismo; e à Carla, pela disponibilidade de sempre e o afago confortante.

Aos meus amigos e colegas de profissão, pelo afeto e pelos valiosos momentos de reflexão. Principalmente à Marina, pelo companheirismo na clínica, pelas conversas nos corredores, pelas trocas de experiência, pelos livros emprestados; à Bruna e à Leidiane, por compartilhar a travessia do mestrado. Ao José Adélcio e ao Guilherme Cerri, pela leitura atenta e inteligente do meu texto.

Aos professores que me incentivaram, Pedro Laureano, Lígia Falcão. Também às professoras que compuseram minha banca de qualificação e defesa: Gláucia Calzavara, Ilana Katz, Roberta Ecleide e Cristina Abranches, pelos apontamentos que transformaram meu trabalho, bem como me transformaram como pesquisadora.

À minha analista pela escuta ética do meu desejo e pela aposta em minha formação.

Ao Álvaro, meu amor, pela compreensão e paciência diante dos momentos de cansaço e exaustão, e pela leveza e cumplicidade que tornaram esse percurso possível, por ouvir os meus monólogos, quando tentando elaborar algo, punha-me a falar coisas que, claramente, ele não estava entendendo, mas estava ali.

Ao meu orientador, João, por toda a dedicação, apoio e construção conjunta do conhecimento. Agradeço também pela escuta atenta que sempre me convocou a ser sujeito da minha pesquisa, ainda que fosse tão difícil pra mim.

Aos meus colegas de mestrado pela trajetória compartilhada com amizade e apoio mútuo, apesar do atravessamento do modo remoto em nossa caminhada. Os grupos na rede social foram nosso recurso apaziguador.

À Maria Nilza, querida titia, pela correção carinhosa.

À Universidade Federal de Uberlândia pelo incentivo à pesquisa e produção do conhecimento, bem como à CAPES pela subvenção e pela compreensão diante da pandemia.

A todas as crianças da minha convivência, em particular, aos meus pequenos (grandes) pacientes, que dão sentido às perguntas que substanciam este trabalho.

Gratidão sem tamanho, por fim, a Deus e à Maria, pela força que tive durante este trabalho e pelas surpresas que me foram dadas a ver. Também, por me conduzir à minha profissão que possibilita, mesmo em situações tão adversas, encontrar caminhos e laços afetivos que dão sentido para seguir em frente.

RESUMO

Esta pesquisa trata da condição da criança que vive esta época, na qual o Outro sofre mutações, de modo especial, decorrentes da ascensão dos discursos do capitalismo e da ciência. Dentre os possíveis caminhos para essa questão, foi escolhida a perspectiva dos três registros psíquicos, o Simbólico, o Imaginário e o Real, na tentativa de evidenciar a parte de cada um deles no sofrimento da criança. Depreendeu-se que os discursos vigentes fazem vacilar o Simbólico e colocam o gozo em primeiro lugar. O que se destaca deles são imperativos de gozo, o qual se daria por meio de objetos produzidos pela ciência e vendidos pelo mercado. Na relação dos sujeitos com os objetos, a dimensão da alteridade em suas facetas é apartada. Além disso, circulam ideais de liberdade e felicidade totais que exigem do sujeito uma autonomia inalcançável, ainda mais para a criança. Com o questionamento reiterado da ordem Simbólica, até então orientadora para os sujeitos, o Imaginário e a imagem entram em cena, acarretando consequências para o sujeito-criança. Com isso, o Real perde parte do seu contorno e aparece escancarado, retornando no corpo. A criança sofre esses efeitos que incidem diretamente na sua posição no Outro.

Palavras-chave: criança; Simbólico; Imaginário; Real; contemporâneo.

ABSTRACT

This research deals with the condition of the child who lives in this time, in which the Other undergoes mutations, in a special way, resulting from the rise of the discourses of capitalism and science. Among the possible paths for this question, the perspective of the three psychic registers, the Symbolic, the Imaginary and the Real, was chosen, in an attempt to highlight the part of each of them in the child's suffering. It was inferred that the current discourses make the Symbolic vacillate and put jouissance in the first place. What stands out from them are imperatives of jouissance, which would take place through objects produced by science and sold by the market. In the relationship between subjects and objects, the dimension of otherness in its facets is separated. In addition, it has been circulating ideals of total freedom and happiness that demand an unattainable autonomy from the subject, even more so for the child. With the reiterated questioning of the Symbolic order, which until then had been a guide for the subjects, the Imaginary and the image enter the scene, causing consequences for the subject-child. With that, the Real loses part of its contour and appears wide open, returning in the body. The child suffers these effects that directly affect their position in the Other.

Keywords: child; Symbolic; Imaginary; Real; contemporary.

“Não vai se esquecer de mim”

(Antonella, 4 anos. Conheceu-me em uma viagem de ônibus, durante a qual eu relia um capítulo desta dissertação. Ela então se pôs a conversar comigo e me ensinar sobre os lugares, especialmente São Thomé das Letras, de onde ela é. Ao se despedir, ela disse calorosamente a frase acima. Não esqueci.)

Sumário

1- INTRODUÇÃO.....	14
2- O MÉTODO: PESQUISAR, PSICANALISAR E ELABORAR.....	23
3- O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO.....	30
4- O SIMBÓLICO.....	42
4.1- A Função da Família: A Transmissão Simbólica em Prejuízo.....	52
5- O IMAGINÁRIO.....	63
5.1- Os efeitos discursivos e o Imaginário.....	63
5.1.1- A relação das crianças com as imagens.....	70
5.2- Aspectos da constituição do corpo na atualidade.....	75
6- O REAL.....	78
6.1- Real: referente da castração.....	80
6.2- O Real do corpo.....	84
7- EXTRATO FINAL:A ESPECIFICIDADE DO SOFRIMENTO DA CRIANÇA.....	88
8- REFERÊNCIAS.....	101

“Um menino nasceu, o mundo tornou a começar!”

Guimarães Rosa

1- INTRODUÇÃO

Agambem (2009) indaga o que é o contemporâneo. Para contestar à indagação, ele lança outra questão: quem é contemporâneo? A esta, ele responde que contemporâneo é aquele que, embora habitante do tempo presente, guarda uma distância suficiente dele para analisá-lo. Com esse espírito é que me ponho a trabalhar nesta pesquisa. Se Lacan (1953/1998) deu como condição para o psicanalista estar à altura de seu tempo, não será por outro horizonte que a psicanálise servirá a este trabalho.

A temática que compõe esta pesquisa se dá a partir da experiência clínica, tal como toda a estrutura teórica psicanalítica. A partir da minha prática clínica com crianças – que, por sinal, tomou grande parte dela até agora – desde os estágios na graduação em Psicologia, lanço a pergunta que sustenta o presente texto: o que faz a criança sofrer hoje?

Toda criança sofre. Ou melhor, o sujeito sempre é tributário de um sofrimento. O encontro com a linguagem é penoso, tendo em vista que é preciso uma perda para acessá-la, além de que há sempre desencontros para quem habita a linguagem – entre o desejo e a demanda, entre o eu e o inconsciente, etc. Dunker (2015), ao diferenciar as categorias de mal-estar, sofrimento e sintoma, localiza o sofrimento em uma posição intermediária entre o mal-estar e o sintoma. Para o psicanalista, o sintoma representa a conflitiva psíquica em uma estrutura metafórica, o que isola o sujeito dos demais, surgindo a tendência da condominialização dos sintomas. Enquanto o mal-estar refere-se a uma insatisfação incontornável advinda de frustrações nos laços sociais, nas leis, que resiste em ser descrita. No entremeio, há o sofrimento, que se apresenta em uma estrutura passível de ser narrada e, conforme vai sendo narrado, pode mudar.

Dunker (2015) aponta características essenciais da categoria do sofrimento: ele é transitivista, isto é, participa de um fenômeno tal o que se dá no Estádio do Espelho, a partir do

qual não se sabe bem se sou eu ou se é o outro que sofre ou produz a ação; é compartilhado, ou seja, pode-se sofrer de algo comum a um grupo; necessita de reconhecimento; é de ordem política, na medida em que há sofrimentos admitidos e os não admitidos, há os que são tratados e que são objetos de políticas públicas e os que são invisibilizados.

Isso posto, Dunker (2015), considera o sofrimento, sob a perspectiva psicanalítica, pertencente ao gênero pré-patológico, já que ele seria uma maneira que o sujeito arranhou para responder às condições de seu tempo. Entretanto, “a inclusão discursiva de uma forma de sofrimento é o que permite que ela seja reconhecida, tratada e localizada em um registro moral ou jurídico, clínico ou político, literário ou religioso” (Dunker, 2015, p. 34).

No que se refere ao sofrimento da criança no contemporâneo, o que se questiona e é abordado pela discursividade desta época? Ou como ela própria é tomada pelo discurso? Pois isso evidencia como o seu sofrer é considerado. Há de se reconhecer que muito se tem falado sobre a criança. Atualmente, as crianças estão inseridas nas políticas públicas. A situação da criança e suas consequências bem como o seu sofrer são objetos de preocupação dos poderes estatais.

As crianças circulam em todos os ambientes. Diminuiu-se a barreira entre o lugar do adulto e da criança. Elas estão não só nos *shoppings*, nos salões de beleza, como nos *outdoors* das marcas infanto-juvenis e também nas passarelas dos desfiles de moda. As crianças não só frequentam os eventos festivos, como há uma gama de opções de lazer exclusivamente pensados para elas. Elas têm também perfis em redes sociais e gravam vídeos, publicam, virilizam na internet.

A maneira como o que diz respeito à criança é tomado como pauta importa, já que definirá por qual ângulo será analisado, cuidado, tratado o seu sofrer. Conforme Ariès (1981) noticia, foi a partir do século XVIII que a noção de infância e criança despontaram e, assim, as

questões acerca dos pequenos foram visibilizadas. A criança passa a ser vista como sujeito detentor de especificidades, fazendo do seu bem-estar uma questão para os agentes públicos e a sociedade de modo geral.

Notadamente, tal preocupação se consolida mais propriamente a partir da noção de que a criança é um sujeito de direitos e, posteriormente, pelo advento do instituto do princípio do melhor interesse da criança, ambos presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Importa destacar, segundo o que comenta Flesler (comunicação pessoal¹, 2018), que entre os direitos das crianças estão o direito à liberdade, incluindo a ideia de que uma criança pode ser ela mesma. Além disso, ela acrescenta que na Convenção sobre os Direitos das Crianças, tem-se que a educação dada à criança deve se balizar pelo desenvolvimento de sua capacidade. Significa então que os princípios da criança como sujeito de direitos e do melhor interesse da criança são baseados na suposição de que ela teria a faculdade de se autodeterminar para exercer seus direitos autonomamente. Com isso, a concepção de que a criança é autônoma ganha força.

Deveras, Freud já havia introduzido o entendimento de que o que a criança produz, fala é para ser ouvido. No contemporâneo, contudo, há algo a mais. A criança de hoje fala e é ouvida, mas é também certa de um saber. Tanto que se supõe que uma criança saiba decidir, escolher, discriminar o que sente, definir-se.

Flesler (comunicação pessoal¹, 2018), observa que o saber da criança já está dado, portanto os adultos ficam relegados a acompanhar a criança, ouvi-los. São pais companheiros e, quando não o são, são criticados. Resulta que os pais estão desautorizados e, por vezes, desresponsabilizados.

¹ Seminário de Alba Flesler, “*Madres, padres y niños de nuestro tiempo. ¿Qué decimos los psicoanalistas?*”, gravado em 2018, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/inscribirse-cursos/madres-padres-y-ninos-de-nuestro-tiempo-que-decimos-los-psicoanalistas/>

Ocorre que essa mutação é também social e iniciou-se há décadas. O século XX sediou grandes eventos catastróficos para a humanidade. Entre eles estão as duas guerras mundiais, a Revolução Russa, a Crise de 29, a Guerra Fria, a ascensão do fascismo e do nazismo. Tais acontecimentos varreram a pretensão dos homens de se tornarem uma comunidade em união e igualdade. Diante disso, eles ficaram desacreditados das instituições, como a religião, que proviam significados para as grandes questões humanas no interstício entre vida e morte, os quais davam sustento à ordem simbólica. O descrédito daqueles significantes-mestres ofertados gerou a abertura para a entrada de novos discursos. A ciência e o capitalismo foram favorecidos pela brecha.

Os discursos crescentes da ciência e do capitalismo trouxeram novos valores que passaram a circular na cena social, tais como a rapidez, a precificação, a quantidade. Paralelo a isso, ocorre a entrada da mulher no mercado de trabalho, o que dá a ela uma maior independência e, posteriormente, também o poder de escolher se, quando e como terá filhos. Nesse contexto, a força patriarcal diminui dando lugar à aspiração à igualdade de direitos – e consequentemente o ocultamento das diferenças – e à liberdade (Flesler, comunicação pessoal², 2018).

Mais tarde, o capitalismo avança e o Outro social é atravessado agora pelo discurso neoliberal. Segundo Dardot e Laval (2016), há uma razão neoliberal que consiste em um “conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (p. 17). O discurso até então do capitalismo sofre uma torção que o leva ao discurso do neoliberalismo, o qual funciona sob a

² Seminário de Alba Flesler, “*Madres, padres y niños de nuestro tiempo. ¿Qué decimos los psicoanalistas?*”, gravado em 2018, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/inscribirse-cursos/madres-padres-y-ninos-de-nuestro-tiempo-que-decimos-los-psicoanalistas/>

lógica mercadológica. Tal circunstância afeta o sujeito especialmente na medida em que reforça extremamente o ideal de autoconstrução do indivíduo, de modo que o outro se queda distante da ordem da troca cotidiana com seus semelhantes.

Constata-se como a liberdade vem pairar no horizonte de nossa época, marcando os valores e as instituições sociais bem como a família e os sujeitos, afinal, como Nolasco (2020) reconhece, “todo laço social estabelece uma forma de autoridade consentida, uma hierarquia, fato esse que se coloca em contradição com o discurso capitalista vigente, que busca apagar a diferença sexual e geracional” (p. 57), visto que requer um sujeito livre de qualquer entrave que possa vir a atrapalhar o exercício do consumo.

Tal nova configuração discursiva não é inócua à criança. Recentemente, um vídeo ficou conhecido nas redes sociais³. A cena era uma daquelas máquinas com garras para pegar pelúcias – comumente vistas em centros comerciais –, desta vez em grandes dimensões, de modo que as garras seguravam uma menininha chinesa, a qual era levantada e levada até uma caixa imensa com milhares de brinquedos. Já por cima da caixa, as garras abaixavam a menina em um ponto aleatório do recipiente a fim de que ela pudesse pegar os brinquedos. A menina agarra o tudo que vê, usando várias partes do corpo para pegar o máximo possível. Ao redor da máquina, vários adultos assistem atentamente à cena, filmam e se regozijam quando a garota apanha diversas coisas.

O vídeo retrata bem o que ocorre com as crianças atualmente. Elas são enfiadas de objetos, tornando a dimensão da falta – dimensão que opera o desejo – obsoleta, enquanto os adultos as olham esperando que elas façam o melhor que puderem com aqueles objetos – que estão em todos os lugares, inclusive no corpo. Nesse outro sentido, Meira (2003) afirma

³ Vídeo disponível no *Youtube* por meio do link: <https://www.youtube.com/shorts/xqEtdPWbV4Y>

que o olhar dos adultos invade a cena lúdica das crianças, colocando o brincar, – cuja função é de suma importância – em segundo lugar, em favor do olhar do Outro que vigia.

Além disso, as crianças também são atravessadas no corpo pelo discurso, ora pelos significantes que se alojam no corpo, especialmente, por meio dos diagnósticos, ora pela medicalização, que vem remediar o que é dito como disfuncional. Nesse contexto, houve um aumento de 28,2% no consumo médio mensal de metilfenidato (Brasil, 2014) – substância encontrada nos medicamentos Ritalina e Concerta, os quais são receitados para tratar o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e o Transtorno Desafiador Opositivo (TDO).

Esses índices alarmantes somam-se ao fervilhamento de diagnósticos realizados de pretensos transtornos de ordem biológica na infância, momento no qual o sujeito ainda se encontra em constituição e não se fecha um diagnóstico (Jerusalinsky, 2015). Os dados variam, mas estima-se que entre 0,9% a 26,8% das crianças e adolescentes brasileiros são diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (Brasil, 2014). Um número considerável de crianças também é diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA), acrescentando-se os transtornos do sono, transtornos da alimentação, TOD, etc. É fato que a eliminação do diagnóstico diferencial e a redução dos critérios diagnósticos do DSM, restringindo-os ao nível comportamental e biológico, têm parte no crescente número de diagnósticos (Jerusalinsky, 2015, 30 março). A ciência compele à inferência de uma relação intrínseca entre o genótipo e a psicopatologia, logo a solução é ditada pela química.

O cenário, porém, não é desafiador apenas para a criança, mas também para a família. Roy (2021) assevera que “a família do século XXI (...) é uma nova resposta ao enigma da transmissão que está no cerne desta formação humana” (s/p). A transmissão, continua Roy, não

se dá mais espontaneamente por meio do nome que é passado à criança, mas está anexa a um desejo, quer pela falta, quer pela nomeação. E mais:

a família daqui em diante está imersa no banho de nossa civilização, onde os objetos provindos da tecnologia, os objetos mais-de-gozar, assumiram a autoridade e fundam a lei para todas as formas do ideal. O gozo está aí em primeiro lugar. (Roy, 2021, s/p)

Quando o gozo toma a dianteira no laço familiar, há uma grande mudança, implicando dizer que muitas vezes há uma disjunção que convoca a dimensão imaginária da família (Roy, 2021) em detrimento da função simbólica.

Além disso, na medida em que a transmissão muta, o Simbólico é comprometido, já que o que se transmite é, sobretudo, o Simbólico. Nessa esteira, a autoridade também se enfraquece, já que não se supõe um saber no Outro, o qual seria motor para a transmissão. Enquanto para Roy: “o real do gozo vem, assim, "se imprimir" por debaixo na trama do discurso e dar uma nova perspectiva ao sintoma, aquela de um real irreduzível entre pais e crianças que os une e os separa” (Roy, 2021, s/p).

A questão que cerceia esta pesquisa sobre o que faz a criança sofrer apresenta muitos caminhos alternativos como fontes para a construção de uma resposta. Decidi trilhar na direção das dimensões do Real, Simbólico e Imaginário. Trata-se de analisar como as mutações sociais refletem nessas dimensões e quais os seus efeitos para o sujeito-criança. Haja vista que a tríade RSI pode ser lida, na psicanálise lacaniana, de acordo com Rassial (2004, p. 130), ora como, “campos substanciais com consistência própria”, ora “como as categorias pelas quais o sujeito falante atribui-se, ou não, o mundo e a língua”, ora ainda “como as dimensões modais de um Real em que [o sujeito] se inscreve”. As diferentes leituras interferem no modo de entender a extensão dessas dimensões, o que, todavia, não as tornam independentes.

Essas acepções também permitem depreender que o Real, o Simbólico e o Imaginário são universais e anacrônicos. Assim, eles importam na medida em que correspondem a uma época e, simultaneamente, agenciam-na. Junto com Teperman (2020), entende-se que a época, por sua vez, se conforma em “uma resposta específica e elaborada em determinado contexto histórico pela civilização” (p. 81).

Considerando os aportes presentes neste capítulo, continuarei a dissertação indagando o que se passa em cada instância formadora da realidade postuladas por Lacan, que são o Simbólico, o Imaginário e o Real, situando as crianças na problemática contemporânea, entendendo, como Flesler (comunicação pessoal, 2015)⁴ reitera, que a criança não é senão localizada no discurso do Outro, em seu narcisismo, em sua fantasia, em seu desejo, em seu amor.

Para isso, o terceiro capítulo será composto por uma breve apresentação do Outro versando sobre sua condição atual, tendo em conta que é a partir do Outro que se engendra a criança.

No quarto capítulo, será introduzido o primeiro registro psíquico, o Simbólico, pensando a partir de seu suposto declínio e qual a consequência para a criança. Em seguida, será discutido sobre a família moderna, sublinhando o modo como tem se realizado sua função de transmissão à cria – considerada basilar por Lacan (1969/2003).

O quinto capítulo se refere ao registro psíquico Imaginário, no qual serão expostos os efeitos, para a criança, perante a precariedade do Simbólico, incorrendo, principalmente, na insuflação do Imaginário, da qual resulta a imagem como grande referência.

⁴ Afirmação baseada na fala de Alba Flesler, em seu seminário “*El niño en análisis. ¿Cómo, cuándo y por qué?*”, gravado em 2015, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/seminario-online-nino-analisis-cuando/>

O próximo, o sexto capítulo, sobre o Real, tendo em conta que os demais registros estão sendo atravessados por variações, discorrerá sobre o estatuto do Real, especialmente no que concerne à sua participação na constituição do corpo da criança.

Enfim, o sétimo e último capítulo, tratará de considerações consolidadas ao longo desta pesquisa. Sem a pretensão de esgotar, afinal a posição da criança em cada época é sempre um tema de grande complexidade e ainda há muito o que se discutir sobre esse assunto, mas, basicamente, despertar a reflexão e somar-se aos esforços de pensar criticamente as questões das crianças de nosso tempo.

2- MÉTODO:

PESQUISAR, PSICANALISAR E ELABORAR

*Os cientistas dizem que
somos feitos de átomos,
mas um passarinho me diz que
somos feitos de histórias.
(Eduardo Galeano)*

A psicanálise que Freud transmite é conformada em uma pesquisa do inconsciente. Tal conformação propicia uma prática que se baseia em uma teoria – não uma teoria que determina uma prática –, de tal modo que a experiência da clínica se associa à investida teórica. Desde essa constatação, observa-se que o caminho de construção teórica e o da atividade clínica é um só. Logo, tem-se um método clínico, que também é uma *práxis*, o qual servirá de orientação para o presente trabalho.

A psicanálise é um método de tratar o Real por meio do discurso que se produz em uma análise, bem como um método de tratar o Real por meio da construção de um saber ordenado feito a ciência. Sem adentrar os pormenores da questão se a psicanálise é ou não uma ciência, ainda assim pode-se assegurar que a psicanálise, igualmente ao método científico, dispõe de uma metodologia, e de um objeto: o inconsciente.

Lacan, no Seminário 1, porém, separa o que é da pesquisa em psicanálise e o que é da pesquisa da ciência geral:

Insisto no fato de que Freud avança numa pesquisa que não é marcada pelo mesmo estilo que as outras pesquisas científicas. O seu domínio é o da verdade do sujeito. A pesquisa da verdade não é inteiramente redutível à pesquisa objetiva, e mesmo objetivante, do método científico comum. Trata-se da realização da verdade do sujeito como de uma

dimensão própria que deve ser destacada na sua originalidade em relação a noção mesma da realidade. (Lacan, 1953-1954/1986, p. 31)

Advertida de que o inconsciente atravessa toda e qualquer experiência humana, a pesquisa psicanalítica está atenta aos efeitos inconscientes. Significa dizer então que o método clínico, o qual consiste em uma investigação das formações do inconsciente, da linguagem por meio da qual o sujeito fala e é falado, conduz a pesquisa psicanalítica na medida em que o inconsciente a perpassa e não é ocultado, e na medida em que há a construção de um saber a partir de uma associação livre, da atenção flutuante, de transferência/resistência, movido por um desejo de saber. Estas técnicas permitem uma busca guiada por significantes, desde a escolha do material bibliográfico até o conteúdo interessado.

Os significantes norteadores desta pesquisa foram: criança; Outro; contemporâneo; Imaginário; Simbólico; Real; discursos; entre outros que, ainda que coadjuvantes, entraram em cena. A escolha pela psicanálise freudo-lacanianana conduziu a um caminho no qual foram encontrados, além dos textos de Freud e Lacan sobre aspectos que couberam aqui, muitos comentadores desses teóricos se debruçando sobre a criança e sua condição na atualidade.

Este estudo é delineado por um problema de pesquisa que se constituiu na própria experiência do mestrado. Neste ponto, permito-me mencionar extratos da minha trajetória no curso do mestrado.

Às voltas com meu projeto de mestrado, precisamente em como extrair um problema de pesquisa daquilo tudo que havia escrito, e encarando a indagação sobre se aquela primeira questão (a qual fundamentou meu projeto de pesquisa) era mesmo minha questão de pesquisa, não reparei no que havia construído até ali, em meados da qualificação da pesquisa. As disciplinas da linha de pesquisa na qual estou inscrita no meu programa de mestrado propiciaram-me momentos importantes para a refinação deste presente trabalho sem que eu

percebesse, especialmente no que diz respeito às produções textuais que serviram como avaliações. Foi quando meu orientador me chamou a atenção para o que eu já havia escrito e a como aquelas perguntas que nortearam as produções davam indícios de um interesse que pude enxergar. Importa fazer um adendo aqui para ressaltar a importância do diálogo entre pares ao longo de uma pesquisa, lembrando o quanto a discussão nas supervisões em grupo com o orientador me ajudou a construir esse estudo. Diálogo esse que, a propósito, não é alheio ao método psicanalítico.

Na primeira produção do mestrado, investiguei sobre o pai. Era uma questão minha antiga. Desde a graduação, estava inquieta com uma suposta relatividade do pai de carne e osso, como denominei no meu escrito. Durante a participação em um cartel (dispositivo de formação da Escola Brasileira de Psicanálise) sobre a clínica psicanalítica com crianças, consegui formular melhor a questão. No desenrolar da investigação sobre o pai, desemboquei no Simbólico.

A segunda produção foi acerca do Imaginário. Uma tentativa de circunscrever o estatuto deste registro no contemporâneo e em que medida ele se torna problemático para os sujeitos. Assim, estava indagando mais uma vez sobre a participação de um registro psíquico nas mazelas da época.

Após essa rota, restou-me passar pelo Real. Portanto, dediquei o terceiro capítulo da dissertação a discutir o Real concernente a esta época e sua participação no sofrimento da criança.

Não parece que seja por acaso o traçado desse percurso. O que eu buscava era o que marca esta época, localizando sua leitura a partir dos três registros psíquicos. Assim, com vistas a situar do que sofre a criança hoje, além do tão discutido declínio do Simbólico, busquei tratar também da insuflação do Imaginário, e do que corresponderia ao Real. Ainda, depois de lançar

luz sobre essa questão, tentou-se extrair daí se haveria uma lógica particular concernente ao sofrimento da criança.

Um percurso que transcorresse todos os aspectos que os registros psíquicos tangem seria inevitavelmente longo, portanto foi preciso recortar pedaços em cada um deles. Primeiramente, ao tratar do Simbólico, optou-se por privilegiar a problemática da transmissão simbólica, considerando que o discurso neoliberal se serve disso, e como a criança se situa nisso. Já no capítulo que se ocupa do Imaginário, selecionou-se a temática da preponderância da Imagem como orientadora e suas consequências para a criança. No último capítulo, ao discorrer sobre o Real, destacou-se as questões em torno do corpo da criança na época do enfraquecimento do Simbólico.

O método psicanalítico de pesquisa conhecido como psicanálise aplicada consiste na aplicação do conhecimento da psicanálise para tratar das questões sociais, como a própria expressão sugestionária. Miller (2001), pontua que a psicanálise aplicada é sempre aplicada ao sintoma. Considerando que o sintoma está referenciado ao Outro e ao inconsciente, discutir o social não aparta o que é da singularidade. Portanto, a psicanálise é aqui aplicada na tentativa de dar conta das questões sociais e subjetivas, das quais trata-se nesta pesquisa, abordando contextos outros que o *setting* clínico.

Ao lidar com o conhecimento psicanalítico, há de sempre se sustentar a tese do inconsciente, ela é basal para esta teoria e *práxis*. Por isso, se a psicanálise aplicada se ocupa do sintoma, de igual modo ela se ocupa do inconsciente. Por conseguinte, não há que se falar em pesquisa psicanalítica sem considerar o inconsciente. A investigação psicanalítica aqui desenvolvida, ao trazer contribuições da experiência de escuta analítica, ao abordar a criança-sujeito, o Outro, o gozo, o desejo e semelhantes conceitos, atesta e ampara o pressuposto psicanalítico do inconsciente.

Toma parte deste trabalho uma pesquisa bibliográfica desde as obras de Freud e Lacan sobre a criança e as reconfigurações sociais que a afetam a outros autores do campo psicanalítico de orientação lacaniana que escrevem sobre aspectos concernentes à atualidade e à existência de novidades no que diz respeito à constituição psíquica das crianças.

A pesquisa bibliográfica é realizada por meio da seleção de material que contribua para com o objeto da pesquisa. Ela se constitui na investigação e avaliação ampla da literatura disponível, no caso, psicanalítica, para construir uma base teórica consistente, na qual o trabalho se firma.

Miller (2006), aponta dois sustentáculos de um ensino, um deles é a acumulação, o qual pode-se estender a uma pesquisa. Em um processo de pesquisa, a acumulação se daria de um modo muito próximo de uma revisão de literatura, ou seja, uma conferência do conhecimento à disposição e a reprodução parcial disso. “Uma parte de todo ensino é repetição. Esta parte não deve ser descartada nem desprezada: repetir o que já foi dito e acumulado por aqueles que vieram antes de nós” (p. 01).

A partir dessa busca bibliográfica construiu-se a descrição teórica acerca da posição da criança na contemporaneidade, assim como o estatuto de cada registro psíquico definido por Lacan apontando como a criança tem-se encontrado a partir deles. Para isso, foi descrito também a família contemporânea, refletindo sobre a função materna e paterna, e as transformações no campo do Outro social agenciadas pelos discursos. Algumas das obras que serviram como base foram: “O mal-estar na civilização” (Freud, 1930/1969), “O seminário, Livro 4: A relação de objeto” (Lacan, 1956-1957/1995), “Nota sobre a criança” (Lacan, 1969/2003). A metodologia utilizada foi a interseção entre teoria e clínica.

Outro sustentáculo do ensino, postulado por Miller (2006), é a investigação. A heurística, termo para designar uma descoberta, assemelha-se à ideia de investigação

apresentada por Miller. A heurística é estabelecida na qualidade de uma revelação tal qual a experimentada pelo matemático Arquimedes que, segundo a lenda, exclamou “*heureka!*” ao descobrir durante o banho o peso específico dos corpos. Diferentemente do que representa o método heurístico atualmente, o sentido originário do termo deve-se a um achado ao acaso. Isso condiz com o que Miller propõe como investigação e é essencialmente a natureza da pesquisa psicanalítica, a espontaneidade.

Contudo, Miller (2006), faz questão de lembrar que o reconhecimento do novo requer a noção do que já é conhecido. Sobressai-se assim um movimento dialético entre acumulação e investigação. Além de que, especifica-se o acaso em questão. Não é aleatoriedade, mas uma contingência que só se dá sob algumas condições. No que tange à pesquisa, somente se dá depois de percorrer caminhos já percorridos. Acaso concerne ao que não se pode prever, mas também impassível de determinação da causa, tal como o Real, que para Lacan, sempre foi a surpresa, por excelência (Lacan, 1955-1956/1998).

O acaso rompe com a quimera do saber, de sorte que efetua a brecha necessária à emergência do novo, do contrário, há só reprodução do mesmo em outras roupagens. Nessa direção, Miller (2006) adverte que, ao reproduzir está-se pisando em solo firme, mas ao investigar, estamos andando no escuro. A pesquisa “somente pode ser tratada, como nas “ciências duras”, organizando lugares e produzindo encontros, lugares onde ideias e pessoas se cruzam e se manifestam ao acaso. Isto é tão importante como tudo aquilo que diz respeito ao sistemático” (p. 01). O funcionamento do método clínico é comparável aos aspectos trazidos por Miller.

Recupera-se então também o texto de Freud (1914/1996), “Recordar, repetir e elaborar”, para equiparar o movimento clínico demonstrado nesse texto ao deslocamento empreendido em pesquisa, que vai desde a recapitulação do que já foi construído em torno de um objeto,

passando pela repetição disso e concluindo com a elaboração de um produto. Freud pondera que a repetição traz algo de novo; na pesquisa não é diferente. Ainda que fosse apenas uma revisão de literatura sistemática, o modo de transmissão de cada um, seja na dimensão da escrita, seja na dimensão da formulação do conhecimento, é único.

“Costuma-se dizer: “espere o novo”, procure o bom encontro, o achado. Isto obedece a um outro regime diferente da repetição docente pois naquela vertente estamos na contingência onde não há segurança” (Miller, 2006, p. 01). A pesquisa psicanalítica sanciona essa assertiva milleriana a cada vez que se realiza.

3- O OUTRO NO CONTEMPORÂNEO

Neste capítulo, expôs-se o estatuto do Outro no contemporâneo, localizando, assim, a condição da criança. Faz-se necessário na medida em que, primeiramente, conforme Lacan (1969/2003) sustenta, o sintoma da criança responde à verdade familiar, e a própria família, cuja estrutura esteia a resposta da criança, também é banhada pelo Outro. Em segundo lugar, pois a o Outro primordial é depositário dos significantes que serão doados à criança, os quais marcam e delineiam a sua constituição psíquica e corporal (afinal, este último também é psíquico). Portanto, o sofrimento da criança, de certa forma, advém do Outro e está inscrito nele – ou excluído dele. Afinal, como Dunker (2015) lembra, na psicopatologia instrumental, a que corresponde à presente nos manuais diagnósticos, tenta-se escamotear “a historicidade, a hermenêutica e singularidade (...), sobretudo neste [sujeito], que até certo ponto, depende do Outro familiar ou institucional para inscrever sua palavra e fazer valer a legitimidade de seu sofrimento, a saber: a criança e o adolescente” (p. 10).

Quando o filhote humano vem ao mundo, é recebido por uma estrutura existente previamente a ele e permanecerá depois de sua partida. Aí está o Simbólico, ou melhor, a ordem simbólica, cujo funcionamento se resume em um sistema de trocas e de comunicação, o qual estabelece, ele mesmo, os valores de seus elementos (Lacan, 1956-57/1995).

É o aparato Simbólico que dá significado a todas as coisas, visíveis e invisíveis. Corolário a uma certa disposição de regras, o Simbólico determina posições a depender da localização em que se encontra nessa estrutura (Lacan, 1954-1955/1995). Lacan (1969-1970/1992), junto com os estruturalistas, considera a linguagem como a estrutura mor, sendo a primeira ordenação ao qual o sujeito vai se submeter. Por meio da linguagem, ocorre uma

distribuição de lugares no campo social, que passam a coordenar um modo de funcionamento do todo.

Lacan (1954-1955/1995) denomina de grande o Outro a essa estrutura que é anterior a toda criação e da qual depende a constituição de um sujeito. O Outro enquanto campo da linguagem e reservatório dos discursos sociais acolhe o sujeito recém-nascido em sua carência significante. O sujeito, a princípio, se assujeita aos significantes que vêm do Outro como forma de habitar a linguagem e se inscrever no laço social. Essa operação, a alienação, é resumida por Lacan pela analogia “Ou a bolsa, ou a vida”, frase formada por uma alternativa excludente entre entregar a bolsa ao assaltante e ficar sem a bolsa, mas com a vida, ou não a entregar e ficar sem ambas. A entrada do sujeito na linguagem exige algo similar: ou o sujeito entrega um quinhão de gozo como custo de estar subjugado aos significados que o Outro lhe dá e acede ao laço com o Outro, ou ele permanece com o gozo e fora do laço social. Assim, o Outro se torna também constituinte do sujeito.

A criança é esse sujeito percorrendo os caminhos da sua própria estruturação subjetiva, buscando um lugar no Outro a partir de sua assunção à linguagem. Um sujeito que se situa em um tempo particular, o qual se estende em contingências que podem ser fatores de constituição subjetiva. Ela surge no mundo em um estado profundo de desamparo e é necessário que alguém o acolha, suprindo suas necessidades e atendendo suas demandas. Todo recém-nascido é prematuro. Pode-se afirmar isso a partir da perspectiva tanto fisiológica quanto psíquica. O bebê, na quadragésima semana de gestação, ainda não tem o aparelho neurológico desenvolvido para elaborar um pensamento, tampouco é capaz de se comunicar por meio da fala, também não está pronto para deambular, entre outras características que o tornam dependente de uma pessoa disposta a cuidá-lo. Do ponto de vista psíquico, o filhote humano precisa de alguém que o deseje, significa dizer que a constituição psíquica carece de um próximo auxiliador –

Nebemensch (Freud, 1895/1996). Assim, a criança está em resposta a um outro, um sujeito que responde a outro.

Sendo esse o Outro que cuidará da criança, torna-se, para ela, o seu Outro primordial, e ele mesmo está amparado no esteio do Outro – aquele que é detentor da Lei, dos significantes regentes, a linguagem –, ou seja, no laço social, destarte carrega as insígnias da contemporaneidade. De fato, o código usado é sempre advindo de outro sujeito que já o usava anteriormente. Tendo como transmissor a família, “logo, se a família é uma "encarnação", ela é uma encarnação daquilo que Lacan chama de lugar do Outro. Em psicanálise, o lugar do Outro se encarna na figura da família” (Miller, 2007, p. 82).

O Outro é então representante da cultura e das normas subjacentes a ela, o que significa que o que o rege são discursos. Lacan (1969-1970/1992) define: “os discursos (...) nada mais são do que a articulação significativa, o aparelho, cuja mera presença, o *status* existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem palavras, que vem em seguida alojar-se neles” (p. 159). A articulação significativa em vista é capaz de gerar uma certa ordem mais ou menos estável a partir daquele discurso. Lacan (1957/1998) expõe mais:

O sujeito, se pode parecer ser servo da linguagem, o é mais ainda de um discurso no movimento universal do qual seu lugar está já inscrito no momento do seu nascimento, ainda que somente fosse sob a forma de seu nome próprio (p. 475)

Os discursos começam a escrever a história do sujeito antes de ele chegar no mundo, seja por meio do nome que, geralmente, já lhe foi dado, seja por meio das contingências que lhe foram conferidas, tais como seu sexo, situação socioeconômica, sua localização ambiental, a posição relativa aos irmãos (segundo, terceiro, ou quarto filho). Cada uma dessas particularidades é passível de diferentes posições discursivas e diferentes modos de

investimento libidinal por parte do pai ou da mãe⁵, demarcando um lugar desde o qual a criança pode responder (Faria, 1994).

Em uma perspectiva mais ampla, pode-se afirmar que os discursos restringem os meios de gozo (Checchia, 2015). Isto é, os discursos circulantes no cenário social validam determinados gozos e desvalidam (ou invalidam) outros. Quais os meios de gozo restringidos pelo discurso contemporâneo?

Ora, o discurso contemporâneo é o discurso neoliberal. Derivado do discurso do mestre, o discurso neoliberal tem sua origem em uma sutil articulação do discurso do capitalismo. Remanescente do pós-guerra, ele surge como uma crítica reacionária ao liberalismo, ao mesmo tempo em que radicaliza o liberalismo (Franco, Castro, Manzi, Safatle & Afshar, 2020). Assim, o que está em voga no neoliberalismo é o mercado, seja na dimensão estatal, seja na dimensão subjetiva. Mais propriamente, o alvo neoliberal é a ultra liberdade do mercado, por isso ele é também chamado de ultraliberalismo. Isso porque a lógica mercadológica no neoliberalismo pretende gerir o cotidiano de cada um; enquanto o liberalismo prezava por um certo limite da intervenção estatal, o neoliberalismo abre as fronteiras para ela de modo que se garanta o imperialismo do mercado.

Considerando que a matriz do discurso neoliberal é o discurso capitalista, deve-se levar em conta também os apontamentos que Lacan faz acerca do discurso capitalista notadamente no Seminário 16. Lacan reconhece que a teoria marxista contribui em grande medida para pensar o capitalismo, mas supera o pensamento marxista ao sacar a tática contida nesse discurso. Lacan (1968/2003) frisa que o capitalismo é o novo discurso do mestre, estando a

⁵ Neste trabalho, os termos pai e mãe se referem aos primeiros cuidadores da criança que criam um laço perene e particularizado com ela.

novidade no imperativo da abdicação do prazer em favor do mercado de trabalho, sendo este em sentido quase literal, um mercado de trabalho, onde se compra o trabalho.

Tal como Marx criou o conceito de mais-valia, Lacan cria o de mais-gozar. A mais-valia estaria para o lucro, como o mais-gozar está para a recuperação de um gozo perdido. Portanto, o que está em jogo no mais-de-gozar é o *objeto a*. Lacan (1969-1970/1992) depreende tal noção a partir da dialética hegeliana entre o senhor e o escravo. Nesta, o escravo emprega seu saber para produzir para o senhor, mas justamente o escravo não tem propriedade sobre o que se produz. Porém, o senhor na dependência do saber do escravo perde algo, o que tenta recuperar a partir do aporte dos produtos (Checcia, 2015). Em outras palavras, o saber do escravo corresponderia ao objeto perdido pelo senhor. No entanto, o senhor supõe que por meio do produto desse saber do escravo, ele teria a chance de recuperar o que perdeu. Assim, estabelece-se um engodo tal qual na lógica capitalista.

Tendo isso em vista, o liame social passa a se fundar pelos objetos. O que Lacan (1968/2003) bem mostrou é que o discurso capitalista não faz laço, pelo fato de ele ser o único discurso que promove uma relação direta entre o sujeito barrado – agente – e *objeto a* – produção –, sendo esse objeto aquele universal ditado pela economia mercadológica, excluindo a economia subjetiva tão singular e típica do *objeto a*. Sob tais circunstâncias, o Outro (nos matemas) é sempre tomado como objeto na teia discursiva.

Quem abastece o mercado de produtos é a ciência, outro discurso proeminente nas linhas do tecido social contemporâneo. Como demonstra Lacan (1968/2003), por meio dos matemas que amparam a lógica de funcionamento dos discursos, o discurso da ciência e o do capitalismo não são originais, eles são subsidiários dos discursos da universidade e do mestre, respectivamente. De modo especial, com o advento da tecnociência, esses discursos passaram a se desenvolver lado a lado e em um reforço mútuo.

Tributário do discurso universitário, no discurso científico o que prevalece é o saber (Lacan, 1969-1970/1992). Em seu matema, posto no lugar de agente e acima da barra que põe o significante-mestre abaixo, o saber está sem o sujeito e amparado no poder (Checchia, 2015). No lugar do Outro, encontra-se o objeto *a*, o qual Lacan diz representar a figura do estudante. Considerando que o estudante, frente ao mestre do saber, nada sabe, o objeto *a* aqui não é representante da causa do desejo, mas da falta de saber. Checchia (2015) afirma “que a política do discurso universitário é a do todo saber, que impõe ao Outro a falta-a-saber” (p. 310).

A ciência se dedica à produção de objetos, ao passo que o capitalismo se dedica à produção da mais-valia, que nada mais é que a valorização do valor por si mesmo, inoculando os sujeitos que estão inseridos no cenário do qual o capitalismo participa. A tecnociência é, em geral, composta pelos objetos produzidos pelo conhecimento científico transformados em produtos de mercado. Os dois discursos se realizam de sorte que seus produtos são veiculados na base do “para todos”, ou “todos precisam”.

No horizonte desse contexto, vislumbra-se o ideal (ou vários ideais) de felicidade, que só seria atingido por meios materiais. Desse modo, o indivíduo, em sua autonomia, seria responsável por essa conquista por intermédio da iniciativa própria. Às sombras desses aspectos ideais, repousa um Outro sem faltas, gozador, que não só tudo pode dar, mas carrega o dever de dar encarnado pelos pais na atualidade, de forma que a família vai se restringindo à provedoria, incumbindo-se de fornecer a seus membros o que é ditado pelo mercado (Nolasco, 2020). Além disso, a criança torna-se alvo fácil para o consumo.

Com a doutrina neoliberal em ascensão, inaugura-se um novo modo de estar no mundo, de trabalhar, de pensar, e, conseqüentemente, a cultura, as vontades, os valores transmutaram-se, sendo derivados então a partir da matriz do mercado. Isto é, em síntese, todas as coisas se tornam uma espécie de empresa que precisa ser desenvolvida, gerar lucro e produzir material

que será consumível, o que inclui as próprias pessoas que passam a ser tomadas como objetos de investimento monetário.

O neoliberalismo se caracteriza essencialmente pelo governo de si. Franco, Castro, Manzi, Safatle & Afshar (2020) explicam como tal noção ascende como ideologia na perspectiva neoliberal. Segundo eles, depois das grandes guerras, a expectativa de se ter uma vida decente e autônoma perde totalmente sua força, de tal modo que a associação do neoliberalismo com os valores da dignidade e da liberdade, nessa época, fez essa ideologia sobressair-se. No entanto, o enaltecimento da autonomia do homem surge juntamente com a imposição de meios de controle, cada vez mais elaborados. Os autores sustentam que:

Sob o neoliberalismo, a coerção é internalizada, de modo que os sujeitos se autorreificam sob a égide da lógica da mercadoria. Essa forma de autogoverno é, como diz Ehrenberg, a mais efetiva, pois “só são eficazes os sistemas de governo que nos ordenam ser nós mesmos, saber empregar nossas próprias competências, nossa própria inteligência, ser capazes de autocontrole. A gestão pós-disciplinar é uma tentativa de forjar uma mentalidade de massa que economiza ao máximo o recurso às técnicas coercivas tradicionais” (Ehrenberg, 2010, p. 89)” (Franco, Castro, Manzi, Safatle & Afshar, 2020, p. 41)

Os mesmos autores afirmam ainda que, a germinação do sujeito neoliberal está em estreita associação com as repercussões da noção de liberdade enquanto “propriedade de si” (Franco, Castro, Manzi, Safatle & Afshar, 2020, p. 41). O “empresário de si mesmo”, como costuma-se falar hoje em dia, é o retrato fiel da concepção de sujeito a partir do neoliberalismo. Alguém que investe em si mesmo a fim de atingir padrões de desempenho e que se autocontrola para tal feito, tendo como motivação, a competição com o outro.

É sob tais circunstâncias que se encontra a criança no contemporâneo. Pelas análises de Ariès (1981), constata-se como a criança foi atravessada por mudanças históricas que a retiraram da invisibilidade, dos escombros da família para uma posição mais central que teve seu despertar no século XVII. Se outrora, à criança era relegado os restos da refeição ou o almoço no fundo da cozinha, hoje a criança tem lugar à mesa e pode escolher o que vai comer – ou o que todos vão comer. Aliás, Freud pode presenciar o fenômeno em sua época, o que narrou por meio da alegoria “Sua majestade, o bebê” (Freud, 1914/1996a). Com essa expressão, ele aludia a um fenômeno transitório necessário para o recém-chegado ao mundo, por meio do qual a criança é o centro das atenções, é o principal e mais desejado *objeto a* no intuito de se supor um sujeito ali e, desse modo, convocar o sujeito que está por vir. Contudo, na atualidade, esse engodo necessário parece não ser passageiro. A criança permanece por muito tempo nesse estado de ser o localizador do gozo de toda uma família.

Não só a família, mas também o Estado – a política pública – e a Universidade, entre outros dispositivos sociais, se ocupam da criança. Não obstante, são esses mesmos agentes os responsáveis por uma maior medicalização da infância, pela patologização do sofrimento infantil. Assim, surge outra questão: a quem serve a preocupação com a criança hoje? Essa preocupação parece estar conexas a uma lógica mercadológica que vende soluções.

Aliados um ao outro, tem-se a ciência e o capitalismo que trabalham arduamente sob a perspectiva de que a criança deve crescer e se desenvolver, tornando-se um adulto produtivo. Pequenos adultos, pequenas empresas. Não é disso que os blogueirinhos e blogueirinhas dão testemunho ao mostrar seus milhares de brinquedos da marca tal?

Nessa direção, uma infinidade de injunções é propagada aos pais e cuidadores dessas crianças, ordenando o modo de ser delas para que aquele objetivo seja alcançado (Teperman,

Garrafa & Iaconelli, 2020). Por meio dessas ordens é que a família e os que se ocupam da criança vão se embasando para realizar sua função referencial.

Mas importa ainda ressaltar que o formulador das orientações sobre a criança hoje é um Outro anônimo, posto que está em ditos especialistas e nos representantes da ciência e do mercado, na televisão, na internet, nos livros; e não tanto mais em uma enunciação afetiva, marcado por uma presença, que particulariza aquele sujeito, que vise a sua singularidade. Nessa linha, Dufour (2005) traz a noção de Outro Artificial, cujo fundamento seria a criação de técnicas que velam a ausência do Outro. São discursos e recursos artificiais que tentam suprir a deficiência de um Outro Simbólico, embora fomentem a artificialidade dos sujeitos.

O fato de vir de enunciados variados de fontes diversas o torna também um Outro múltiplo, contribuindo ainda mais para a sua não autoria. Esses aspectos, promove, por um lado, o estreitamento do espaço para que a criança formule uma pergunta diante do enigma apresentado pelo desejo do Outro, pois este já não se faz enigmático; por outro lado, à medida que se faz anônimo, ele facilita o apagamento da diferença que seria capaz de instituir, pois no anonimato, a falta corresponde a ninguém. Tudo sabe, tudo pode. Assim, constitui-se o Outro virtual, midiático, entre outras formas terceirizadas, portanto, anônimo.

Em continuar a pensar sobre a criança, é preciso pensar o tempo da infância. Há de se considerar, porém, que a apreensão subjetiva do tempo sofreu também uma transformação. Hoje, o parâmetro é o tempo da produção e do agora. Afinal, as modificações na estrutura do capitalismo foram fundadas na tentativa de solucionar os grandes problemas do fordismo e do keynesianismo, o que faz com que a dimensão temporal esteja incluída no núcleo da questão (Harvey, 2003).

Para Harvey (2003), a gigante inovação nos sistemas tecnológicos de produção, comunicação e afins cooperaram para o início da produção em massa e da oferta de produtos

em grande extensão. Isso refletiu na experiência humana que é pautada pelo desdobramento no tempo. Há uma aceleração da ação e do pensamento, inoculando o hiato entre o agora e o depois necessário ao experienciar. O tempo da infância corresponde a um tempo prolongado, que carece de repetições, que demora em suas elaborações. Nas incontáveis atividades que se delega hoje a uma criança, nos diversos motivos de estimulação, delineia-se um tempo diferente. Um tempo atravessado por um ritmo outro, contável, consoante à lógica empresarial vigente, o que prejudica a solidificação dos vínculos e da experiência infantil (Paravidini, Neves & Araújo, 2019).

Tal menção faz lembrar de um pequeno paciente que recebi recentemente na clínica. Devido ao pouco tempo de tratamento não caberia maiores inferências, mas alguns detalhes já me fizeram aguçar os ouvidos.

Quando a mãe me procura via *Whatsapp* para marcar uma consulta, fico bastante confusa com as possibilidades de horário que ela me informou, o que fez com que ela tivesse que repetir por vezes que no dia *x* não seria possível por causa da atividade *y*. Não é comum que eu fique perdida nos horários que me passam, então me atentei a isso. Ao receber os pais e depois a criança, eles falam sobre as diversas atividades que o menino faz – aulas, esportes. Desconfio de um excesso aí. Desde a primeira sessão do menino, ele se deita no divã para conversar comigo, momento em que costuma falar da escola e de suas outras atividades. Parece haver um cansaço corporal, mas ainda está ciente dos compromissos que têm durante a semana. Tudo bem, ele pode se deitar ao menos ali no consultório.

Ganivet-Poumellec (2014) observa também que a característica principal da atualidade é a não postergação da satisfação, dado que este modo de fazer está antiquado. Na atualidade, a máxima reside no imediatismo. Os recursos mais recentes são ágeis e complexos, o que, além

de colaborar para com a instantaneidade das demandas, tornam o mestre contemporâneo mais lustroso (Ganivet-Paumellec, 2014).

Contudo, é contrastante o fato de que se por um lado o tempo vivido é marcado pelo ritmo acelerado da produção a fim de que, ao cabo, possamos consumir sempre e tão rápido quanto eles produzem novos produtos, por outro lado, há a crescente supervalorização da liberdade, como citada anteriormente, a autonomia do indivíduo. Tal liberdade vem, em nome do mercado, abster o ser humano de uma história prévia que o situa em um lugar comunitário, permeado por valores e limites. Pertencer a uma comunidade teria a função de nos resguardar da tirania dos instintos (Freud, 1930/1969), justamente por isso, o preço da vida comunitária se dá no mal-estar em renunciar parte do prazer em favor do bem alheio. Ao contrário, o discurso neoliberal prega a liberdade de um gozo sem limites. Conforme Coelho dos Santos: Ou melhor, o direito a um gozo. (2016)

Primeiramente, é preciso reconhecer o proveito tirado da carência de passado do homem pelo mercado. Dufour (2009) lembra que governância remete à livre busca dos objetivos particulares desprovida de um fator regulador. Considerando a concatenação da ideia de Dufour (2009) e Freud (1930/1969), depreende-se que é interesse do capitalismo que “cada um vá livremente na direção das mercadorias que o bom sistema de produção capitalista fabrica para ele” (Dufour, 2009, p. 24). Desse modo, não se constituiria nenhuma espécie de barreira entre o indivíduo e o consumo.

Nesse sentido, é como se por meio do ideal de autonomia, o discurso neoliberal lograsse um sujeito sem a instância do Outro – da alteridade que o situa. Consequentemente, a instituição familiar se vê afetada, ela que é esse primeiro Outro para o sujeito. O apagamento das diferenças impellido pelo discurso incide na função de transmissão simbólica da família, assunto que será percorrido no próximo capítulo.

Carentes desse Outro social que daria sustância à função familiar, transmitindo um saber coletivo acerca do que é ser pai e mãe, os pais se refugiam no discurso da época; “uma época na qual a criança vem sendo objeto do interesse crescente dos profissionais especializados na infância e na família” (Teperman, 2020, p. 82). Teperman (2020) explicita o porquê do termo objeto, posto que, segundo a autora, o termo indica “os efeitos idiossincráticos que podem produzir expressões como o “bem da criança” ou o “interesse da criança” – enunciados decorrentes dos discursos de proteção à infância prevalentes na atualidade” (p. 82).

Teperman (2020) aduz a possibilidade de um efeito desse discurso protetivo, o qual seria o de incorrer na preservação da criança de se deparar com a falta”, falhando em transmitir, portanto, os recursos psíquicos para lidar com ela. Destarte, permanecem concordantes com pacto do mestre contemporâneo, qual seja, tamponar a falta estrutural entupindo o sujeito de objetos consumíveis.

Após a vista das condições do Outro assim como de sua rede discursiva, identificando ideais que a permeiam e que incidem diretamente no estado da infância nesta época, seja no liame social, seja na família, é possível presumir que o sofrimento da criança está um tanto quanto abafado pelo ideal de felicidade e autoengendramento que a acomete? Da mesma forma, a família enquanto o primeiro Outro do *infans* sofre com o ideal do “*não faltar*”, e embaraçada com a própria falta confunde-se na transmissão da falta às crias. Sobre esses matizes que recaem sobre a família no contemporâneo, na medida em que se desenrolam junto à trama e ao drama Simbólico, discutiremos no próximo capítulo.

4- O SIMBÓLICO

Neste capítulo será abordado a condição do Simbólico na atualidade, considerando que as alterações na teia discursiva provocam efeitos na ordem simbólica. O lugar que a criança ocupa é passível de variação à medida que os significantes-mestres, que dão lastro aos ideais propalados, transformam-se. Assim, há de se considerar esse lugar sempre tendo em vista os significantes que o constroem. Também serão discutidas as inflexões pelas quais passam a relação dos sujeitos com a autoridade, situando a problemática no que diz respeito às crianças.

Como visto, a criança é, em suma, um lugar no Outro (Flesler, comunicação pessoal, 2015⁶). Embora seja um lugar contornado pelo Real e pelo Imaginário, ele é construído, de maneira particular, por intermédio da linguagem, a guardiã dos significantes que serão doados ao recém-nascido. Sendo assim, a situação da criança diz de um lugar Simbólico, por conseguinte, sofre efeitos do discurso social.

A ascensão do sujeito ao Simbólico implica uma perda de gozo ao sujeito, na medida em que se dá pelas operações de alienação e separação. A partir dos significantes adotados, o filhote humano alicerça sua subjetividade a fim de ele mesmo vir a ser um sujeito humano. Ou seja, ao habitar a linguagem, as coisas deixam de ser animais e se inserem na cultura, muito mais o homem. Pela cultura, estabelece-se um arranjo de relação com a realidade mediante símbolos e significantes, fundando o social.

Sua efetivação tem como premissa a operação de alienação. A alienação e a separação são fatores de estruturação que cancelam o eu e o “*je*” – o sujeito do inconsciente. “Ao alienar-se, a criança se inscreve no Outro, ganhando existência. Há duas alienações: à imagem e ao

⁶ Afirmação baseada na fala de Alba Flesler, em seu seminário “*El niño en análisis. ¿Cómo, cuándo y por qué?*”, gravado em 2015, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/seminario-online-nino-analisis-cuando/>

significante (Nepomiachi, 2011)”. Consideremos a segunda, a alienação simbólica correspondente à entrega da significação aos significantes que lhe são doados pelo outro, submetendo-se a eles a fim de que possa aceder à linguagem e ter lugar no campo do Outro. Esta última, a alienação simbólica, confere o engendramento do sujeito.

No intermédio da operação de alienação, há o momento em que o sujeito se interroga sobre o desejo do Outro. Como Lacan reitera, “Uma falta é, pelo sujeito, encontrada no Outro, na intimação mesma que lhe faz o Outro por seu discurso.” (Lacan, 1964/1979). Essa questão gera a abertura para a separação. Se o Outro não se faz dúbio, ou seja, se não se apresenta uma falta no Outro, carece-se de um intervalo para emergir a falta no próprio sujeito – constituindo seu desejo –, perpetuando o estado de alienação e sufocando a emergência do desejo.

Se, porém, há a hesitação, ela permitirá uma hiância por meio da qual o sujeito aparecerá com seu próprio desejo. “Nos intervalos do discurso do Outro surge, na experiência da criança, algo que é radicalmente destacável “ele me diz isso, mas o que é que ele quer?” (Lacan, 1964/1979). Tal operação franqueia a possibilidade do trânsito do sujeito na linguagem, podendo então ter acesso ao que é construído por ela, no que se considera ser a escolha pela neurose. Significa então, que ele vai poder se apropriar da história, da tradição, ou seja, da cultura.

Freud lança sua hipótese sobre a origem da cultura por meio do mito da horda primeva (Freud, 1913/1956). Nessa narrativa, conta-se como o significante paterno surge a partir da morte do pai, traduzindo em termos lacanianos. A substituição do pai pelo significante é uma operação metafórica, o que faz com que ela inaugure a linguagem, pertencente ao registro Simbólico, cujo motor é a metáfora. Aparece então o pai como lei. Nesse momento, instaura-se também o pacto social que afirma que aqueles que mataram o pai são irmãos e compartilham uma culpa, assim como, não obstante tendo eliminado o pai, eles não poderão deitar-se com sua

mãe. Ainda, é estabelecido aí, o ideal sempre inatingível de que pelo menos um homem já teve algum dia acesso a todas as mulheres, a um gozo ilimitado. Sendo assim, o pai importa para a vida coletiva na medida em que funda um pacto social, a culpa (pela morte) e a lei (proibição do incesto).

Ocorre que a manutenção da cultura depende de um processo de transmissão simbólica entre as gerações, o qual se vê em prejuízo na atualidade. Tal processo, na realidade, não se abrevia à passagem de uma ordem coletiva, mas se amplia à promoção de uma continuidade subjetiva (Lacan, 1969/2003). Adentraremos esse assunto que diz respeito a uma função da família em um tópico adiante, antes é preciso refletir o estatuto do simbólico.

O Simbólico já não é como era, conforme declara todo os *Scilicet* (Harari & Ribeiro, 2011, Machado & Ribeiro, 2014), podendo resumir-se pela fala de Miller (2014):

Temos visto isso (...), com o desarranjo da ordem simbólica, cuja pedra angular, que é o Nome-do-pai, se trincou. A pedra angular que, como disse Lacan, com extrema precisão, é o Nome-do-pai segundo a tradição. Ele foi atingido, desvalorizado pela combinação desses dois discursos, o da ciência e o do capitalismo. (Miller, 2014)

Vale ressaltar que quando se fala em enfraquecimento do Nome-do-pai, refere-se a essa ordem simbólica que ele firma operando sua função, não do significante que motiva a estruturação subjetiva. Do contrário, estaria afirmando-se que doravante haveria somente sujeitos psicóticos.

Depois de remontar às origens desse declínio da função simbólica paterna anteriormente, pode-se abordar seus efeitos. Retornemos, portanto, a um ponto fundamental: o primeiro Outro, encarnado da criança é a mãe. É o primeiro encontro, independentemente de como este aconteça, que se dá para a criança com elementos linguageiros.

Lacan (1969/2008) define uma função para a mãe: a de transmitir um desejo particularizado que não seja anônimo. Daí em diante, a mãe não pode ser entendida como uma mulher ou como necessariamente a mãe biológica da criança, mas alguém que se ocupe dessa criança subjetivamente, e que “assine embaixo” desse cuidado. Lacan retira assim a mãe de um papel e a transfere para uma função, conceito este relativo à matemática, na qual o estabelecimento de uma função representa o efeito de qualquer variação no elemento de um lado a partir do elemento do outro lado do sinal matemático.

A mãe, por excelência, realiza a transmissão do desejo por aquela criança, concedendo a ela significações, nomeando a criança e seu corpo, reorganizando-o. Pelo investimento libidinal da mãe, por meio de seu olhar, sua voz, seu toque e seu regozijo ao ocupar-se de seu bebê realiza-se um desenho de um desejo por aquele sujeito, de tal modo que se antecipa naquele bebê, que é puro Real, uma subjetividade. Oliveira e Carvalho (1994) sintetizam:

Sabe-se que a função materna ocorre na medida em que a mãe se oferece como Outro, aquele que possui todos os significantes, pelo menos no início. Ao mesmo tempo em que mama, por exemplo, a criança é falada, é tocada... À medida em que nomeia as partes do corpo, que fala das sensações do filho – dor, frio, fome, etc. – a figura materna empresta seus significantes para a criança e se apresenta como inseparável, permitindo a formação de uma célula narcísica dentro da qual não há sensação de falta, como se um e outro estivessem completos. (p. 26)

Esse primeiro encontro chega ao ponto de criar um reduto particular, produz até mesmo uma espécie de língua própria, *lalíngua*. “Lalíngua é materna na medida em que ela é nosso banho primordial de linguagem. (...) Lalíngua é excessivamente privada para servir à comunicação” (Fari, 2014, p. 222).

Portanto, tão crucial quanto o envio de um desejo materno para com a criança é a vacilação desse desejo. Isso significa que o desejo da mãe há de ter pontos enigmáticos feitos furos que deem passagem a outros, como o pai. É preciso que o desejo da mãe não seja toda presença, mas se ausente também. Tal ausência permitirá um novo encontro com a linguagem, agora de um modo que sirva à comunicação, isto é, que se preste ao laço social. Trata-se do par de contrários presença/ausência, cuja importância se dá por ser a primeira inscrição de significantes resultante de um recalque primário, conforme indica Freud (1920/1996), tendo como referência a brincadeira de seu neto que ele chamou de *Fort! Da!* (fora! – perto!).

A função paterna, então, é a de um terceiro interventor na ilha narcísica formada entre mãe e cria, algo que desperte o desejo da mãe para além de seu filho. O pai propicia o intervalo para que o sujeito possa advir separado desse primeiro Outro.

Freud (1913/1956) ilumina a função de exceção do pai, o único que poderia gozar de todas as mulheres. Função esta que, com Lacan, se descobre um tanto Imaginária, necessária para compor a função paterna em pelo menos uma de suas dimensões, a privação. À vista disso, o pai é tomado como o lugar da lei que viabiliza a harmonia entre gozo e desejo. O pai morto, ao contrário de liberar o gozo a todos, como se pretendia, transforma-se em lei entre os irmãos da horda primeva, a lei da proibição do incesto.

Lacan percorre um longo caminho às voltas com o pai. Inicialmente, Lacan (1955-1956/1985) equivale o pai a um significante, o Nome-do-pai, cuja tarefa seria a de substituir o desejo materno que é também o significante do saber (S2), instaurador do laço com o Outro, na cadeia significante. Logo, sua função também é dar continuidade à cadeia significante (S1-S2-S3...), já que, a depender do significante primário (S1), a cadeia não se estenderia, pois este não faz laço com o Outro.

Contudo, Lacan passa de um pai morto “para explicar o pai do gozo como impossível” (Smith, 2014, p. 273) a um “pai vivo que não está definido pelo desejo da mãe, mas por sua relação com uma mulher que causa seu desejo e com quem tem filhos” (Smith, 2014, p. 273). Smith explica que essa nova posição indica um pai que acha sua fonte de gozo em uma mulher restritivamente, contrariamente ao pai anterior que gozava ilimitadamente, este dispõe de um limite. E, assim, transmite ao filho um gozo modulado que anima seu desejo (Smith, 2014).

A partir dessas definições pode-se depreender a particularidade de cada função. Contudo, há de se sublinhar o ataque dos discursos vigentes aos traços que a função paterna, de modo particular, é capaz de articular. De outro modo, é o que Miller (2014) indica ao afirmar que a conjuntura social é regida por discursos que promovem a indiferenciação e a ilimitação. Como? Foca-se primeiro em como a faceta do pai em fazer cessar algo está decadente.

A castração é a responsável pela introdução de um primeiro limite. Quando a mãe dá mostras de sua falta, a criança tende a buscar uma saída que a auxilie a enfrentar esse estorvo. Dentre a gama de saídas imaginárias e sintomáticas, há a simbólica que concerne à castração (Fragelli & Petri, 2004). A castração simbólica se dá à medida que a criança encontra no pai Simbólico, o mediador da relação com a falta. As autoras explicitam que se refere ao

terceiro registro possível da falta, que oferece uma estrutura simbólica por meio da operação da lei que regulamenta as trocas humanas: a interdição do incesto. É nesse ponto que a incompletude é legalizada, a transmissão da castração apazigua o sujeito, pois a falta ganha, definitivamente, estatuto de motor psíquico e não de vazio a ser preenchido. (Fragelli & Petri, 2004, p. 126)

Aí parece estar um dos núcleos da questão, uma vez que os discursos do capitalismo e da ciência agem em oposição ao interdito paterno (Hamad, 2003). Perante o ideal de satisfação plena, a criança contemporânea se defronta com um desejo errante, confundido pelos milhares

de ofertas de felicidade, completude e promessas de se poder tudo. A interdição como causa do sujeito não tem a mesma força. Consequentemente, o que é transmitido da cultura, o modo como se dá isso, ocorrendo primeiramente na família, passa por uma grande transformação (Brousse, 2018, trad. livre).

Nos dias atuais, os pais se veem confundidos pelo imperativo de investir na felicidade dos filhos, um investimento que não é tanto mais libidinal quanto o é economicamente. A resposta a isso são crianças confinadas na superabundância de objetos dados pelos pais que se esquivam da tarefa de dizer não – “deixando-as chafurdar em um gozo perverso, polimorfo, aquém da castração” (Jerusalinsky, 2021, p. 52). Os regalos exagerados reproduzem o “ideal de que nada venha a lhes faltar” (Meira, 2003, p. 46).

Para mais, as crianças sofrem também uma indução ao imediatismo promovida por essas circunstâncias. Já que tudo o que é pedido é rapidamente conseguido, elas “adaptam-se facilmente à supressão da escansão entre o momento da demanda e o momento da satisfação. Respondendo a uma lógica completamente “Real”, por que deveriam esperar para aceder ao que já está – por definição – pronto?” (Jerusalinsky, 2003, p. 39). Além de que, na oferta excessiva de coisas às crianças, os pais presentificam as insígnias do laço social na atualidade: os objetos e seus predicados (Meira, 2003). Revela-se, dessa forma, o ideal da sociedade contemporânea: o alcance da felicidade por meio do consumo.

Deduz-se daí que, enquanto um limite que se traduz em um modo de orientar-se no gozo e no desejo, a intervenção paterna claudica. Meira (2003) infere que, nesse contexto, o que reverbera da ordem social para as crianças são formulações denotadas pelas injunções (ao consumo) e pela lógica da metonímia – não da metáfora que cessaria o deslizamento significante. Impera o logro da troca, algo é prometido para que se faça algo. Continua:

Em várias versões, hoje, a lei paterna assume ares de impotência já em sua própria enunciação. Lançadas nestas vias de dupla escolha, as crianças colocam em jogo as inúmeras possibilidades a que são confrontadas na vida moderna. Elas são chamadas constantemente por seus pais a escolher. Escolher que brinquedo comprar, onde ir passear, o que comer, (...), tudo em nome da autonomia, emblema da modernidade. (Meira, 2003, p. 49)

Tanto a lógica metonímica quanto a imposição de uma certa autonomia da criança implicam um sofrimento a esta. A falta de uma contenção ao deslizamento das possibilidades transmitidas à criança assim como a independência na escolha, como se fosse possível à criança se autorreferenciar, pode acarretar uma desorientação, visto que a criança é norteadada pelo Outro.

Mas, por falar em brinquedos, é notável que mesmo que sejam comprados em abundância, as brincadeiras com eles são escassas, principalmente por causa do monopólio dos smartphones. Ou ainda, os brinquedos são em sua maioria eletrônicos, levando ao que Jerusalinsky (2021) denominou como “intoxicação eletrônica”. Meira (2003) observa também que os jogos de montar dão a sensação de que tudo se encaixa perfeitamente para um fim desejado, ordenado e alcançado plenamente, tudo isso sem muito esforço.

Além disso, os jogos dispostos para as crianças modernas também expressam o aspecto metonímico infundável que guarda a característica da função paterna na atualidade, como já aludido: não garante a palavra final (Meira, 2003). Afinal, se por um lado, a teia discursiva não sustenta o corte ao gozo, por outro, o não do pai, quando comparece, é desvalidado.

Para além do contorno metonímico que o Simbólico ganha ao esmorecer, há o escamoteamento das diferenças. A partir do que já percorremos sobre os discursos da cena social, o da ciência e o do capitalismo, entende-se, junto com Formigoni (2017), que um e outro pretendem constranger as pessoas a objetos de saber. Desse modo, eles enquadraram as pessoas

em um saber único e totalizante, veiculando ainda a promessa de eliminação da falta. Resulta daí a homogeneização e universalização dos gozos.

Lacan (1950/1998) alega que a sociedade:

propõe aos sujeitos [...] ideais individuais que tendem a se reduzir a um plano de assimilação cada vez mais horizontal [...]. Numa civilização em que o ideal individualista foi alçado a um grau de afirmação até então desconhecido, os indivíduos descobrem-se tendendo para um estado em que pensam, sentem, fazem e amam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes (p.146)

Pode-se perceber isso ocorrendo com as crianças. Uma criança que atendo me diz que “na quarta-feira ficará rico”. Essa mesma criança mal consegue brincar com seus brinquedos, pois são incontáveis. Outro exemplo é a explosão de brinquedos iguais. De repente todas as crianças têm ao menos um *pop-it*, brinquedo cujo divertimento limita-se a apertar bolinhas que estão em alto-relevo de um lado do objeto, de modo que, quando se aperta, o alto-relevo passa a estar do lado avesso do brinquedo. A criança então vira o objeto e continua o mesmo movimento, que pode ser interminável. Além da mesmice, vê-se o empobrecimento da atividade lúdica.

Se para a psicanálise a diferenciação do sujeito é um processo muito particular e complexo, instaurado pela operação de identificação do sujeito com o outro, o capitalismo trabalha na contramão desse entendimento. Os discursos compostos por máximas universais fomentam a generalização da adaptação ao meio social. É como se, adaptando-se, tudo fosse possível. Na contramão desses estandartes, a única coisa que se pode considerar que a psicanálise generaliza é a castração (Safatle, 2020). A castração, enquanto uma inadequação do sujeito à linguagem, à relação entre os sexos, é submetida a todo ser falante, uma vez que a

entrada na linguagem importa a perda de parte daquele gozo idílico supostamente ‘experimentado’ primordialmente – gozo de fato nunca existente, posto que a linguagem opera desde sempre na condição de causa para a emergência do sujeito.

A singularidade é suprimida, de modo geral, pela via dos objetos resultantes da ciência e do capitalismo que tencionam tamponar a falta estrutural de todo sujeito. O empreendimento científico tem o objetivo principal de desvelar um saber sobre o Real da experiência humana que supra todos os questionamentos, aliado ao capitalista, que quer vender esse saber encontrado para todas as pessoas (Miller, 2014). No caso das crianças, principalmente, são apresentados a elas diversos objetos que tentam preceder também a toda criação, revelando a máxima fabril: produzi-los antes de serem pensados (Jerusalinsky, 2003).

Jerusalinsky (2003) chama atenção ainda para o fato de que os apetrechos feitos para as crianças são planejados de modo a economizar a preocupação dos pais, pois as adequações vêm descritas objetivamente; e a evitar experiências cansativas ou frustrantes com o objeto. Desenha-se um produto tão pronto para o uso e tão cheio de recursos (quase sempre eletrônicos) a ponto de retirar do sujeito a liberdade imaginativa de como usá-lo. As crianças se tornam entes passivos frente a eles sob o engodo, muitas vezes, de estarem sendo estimuladas.

Há a tentativa, portanto, de causar a indiferenciação dos sujeitos quanto à singularidade e, por extensão, a diferença sexual é velada. No entanto, um pai precisa dar provas de que foi capaz de retirar esse objeto indiferenciado – o *objeto a* –, isto é, a castração. E o que Lacan (1973/1985) ilumina com a tábua da sexuação é que ao se falar de diferença sexual, refere-se a como qualquer ser falante lida com o falo, significante da falta operada pela castração.

Talvez uma das principais consequências disso seja a tendência a tamponar a não-relação sexual, isto é, a ausência de complementariedade entre um e outro, por meio dos novos modos de reprodução de uma criança, especialmente do lado da ciência. Lacan (1956-

1957/1995) já se questionava sobre o futuro da função paterna ante a era da inseminação artificial, posto ser esta função responsável pela introdução do diferencial sexual. De modo geral, nos modernos recursos, há uma redução dos agentes parentais: o pai se reduz ao espermatozoide, e a mãe, ao óvulo. Por não serem seres falantes, esses elementos formam o casal perfeito (Brousse, 2018, trad. livre).

Ainda sobre a indiferenciação, há o risco de a criança, na sua posição de objeto, o que é estrutural para sua constituição como sujeito, ser tomada como objeto de consumo, desassociando-a da ligação com o enigma do desejo do Outro, no qual se instala um gozo que lhe escapole e conserva o mistério da origem de sua vida (Barros, 2014). Da posição estruturante de objeto, a criança passa à objetificação.

Barros (2014) adverte:

Aí está a grande dificuldade de nossa época, que reivindica a igualdade de direitos para todos, com o risco de desconsiderar a não equivalência que permite a relação sintomática na qual a criança poderá se alojar, seja qual for a maneira como procriada, com ou sem a ajuda das técnicas de reprodução. (p. 295)

Com base no que foi exposto nesta parte do trabalho, abriremos um tópico a seguir para desenvolver as questões acerca da problemática contemporânea em torno da transmissão simbólica e de seu agente, a família.

4.1 – FUNÇÃO DA FAMÍLIA: A TRANSMISSÃO SIMBÓLICA EM PREJUÍZO

“Para cuidar de um bebê é preciso de uma comunidade”
(*Anne with an e*⁷)

⁷ Série de televisão canadense produzida por Moira Walley-Beckett. O roteiro é uma adaptação da obra clássica da literatura infantil de 1908, *Anne of Green Gables*, de Lucy Maud Montgomery.

A ordem simbólica se mantém e se alastra por meio de sua transmissão, a valer, ela depende de um falante que a transfira a outro falante, que a faça circular. Assim, quando se fala em Simbólico, fala-se, por extensão, de um outro sujeito que o transmitiu.

Quem transmite a ordem simbólica aos pequenos sujeitos é quem os recebe na vida, seus primeiros cuidadores, de modo geral, uma família. Lacan (1969/2003) identifica essa função incumbida à família: a transmissão da cultura. A transmissão, prossegue Lacan, “é de outra ordem que não a da vida segundo as satisfações das necessidades, mas é de uma constituição subjetiva, implicando a relação com um desejo que não seja anônimo” (1969/2003, p. 369). Significa então que a função familiar está para além do que pode dizer a biologia, a genética, muito mais próxima da demanda subjetiva, a qual, por sua vez, implica o desejo do Outro.

A família é um grupo marcado pela diferença geracional, o que propicia a transmissão de um saber precedente à aparição daquela criança. A transmissão operada na família toca a transmissão da linguagem, isto é, a transferência da lei da linguagem estabelecida anteriormente ao nascimento daquele sujeito.

Sucedem que a instituição familiar atravessa a carência simbólica, pela qual passa a época. Os efeitos provocados pelos discursos da cena social podem ser vistos desde o microcosmo. Com a família, célula social, não seria diferente, ela também sofreu mutações. Contudo, Lacan (1969/2003) já advertira que a função familiar é residual frente ao avanço social, no sentido de que a família permanece ainda que provocada ante às mudanças, pois a sociedade a conserva – quer por uma manobra capitalista, quer pela necessidade humana. Essa função resiste e reexiste, mantém-se na diversidade, tanto é que já se ouve falar em família casual (Kehl, 2003).

A ciência proporcionou a procriação sem a necessidade da conjunção carnal e isso não é sem importância ao se considerar o estatuto da família no contemporâneo, principalmente por colocar em questão a dimensão do desejo por um filho. Esse desejo – ou gozo – sempre pôde responder a diversos mandatos, porém a possibilidade de realizá-lo abstendo-se de um outro, ou até mesmo elegendo as características do filho querido, insufla o gozo em torno disso. Roy (2021) assevera:

Eis, então, a atual família resídua: um conjunto formado pela reunião, no sentido matemático, de dois conjuntos, o dos "pais", de dois falantes, de um lado e o das "crianças", do outro. A interseção, sendo constituída pelo que eles têm em comum, ou seja, mal-entendido e algaravia sobre o gozo dos corpos, transmitidos por meio de desejos encarnados, no melhor dos casos. Essa estrutura é suficiente para dar conta da incrível diversidade sociológica das famílias atuais e da grande variedade de tipos de pais e tipos de crianças que elas reúnem, como constatamos em nossas práticas. (s/p.)

De toda sorte, Lacan (1938/2003) prenunciara o declínio do patriarcado e, com isso, a licença para novas configurações familiares. “A família não se assentaria mais na linhagem patriarcal, mas sob as formas do *conjugio*” (Laurent, 2012, p. 184). A liberdade de escolher o próprio destino incrementada pelo questionamento das rédeas patriarcais e garantida pelo discurso social dão condições para que a opção pelo matrimônio se fundamente nas paixões humanas (Kehl, 2003), cuja substância é tão intensa quanto efêmera. Portanto, a segurança proporcionada pela típica família patriarcal se vê diminuída.

Diferentemente de antes, Roy (2021) infere que a família moderna não se define por meio de um significante localizado no Simbólico, quer pela filiação, quer por um pacto. A inscrição simbólica da família, argumenta Roy,

é a parte que retorna a cada um dos *falasseres* na medida em que eles fazem – ou não – existir a função significativa da família, ali onde se impõem sua função de gozo, essa disjunção que muitas vezes faz vir ao primeiro plano a função imaginária da família (s/p.)

Contudo, Roy (2021) argui que, ao contrário do que se deduz, a família não está passando por um colapso, mas, na realidade, hoje a família constitui-se em uma crise. E discutindo sobre as crianças sem limites, que não param, que não se referenciam a um outro, o psicanalista assume que esses aspectos são ordenadores da família, porquanto tomam por completo a família, “realizam um aglomerado de corpos em presença e concentram a atenção e a libido de todos” (s/p.).

Mas, continua ele, é justamente da fratura simbólica da família que os discursos, que supostamente visam auxiliar os pais, se servem para adentrá-la. Discursos sobre a medicalização, sobre melhoramento cognitivo e comportamental, que não fazem mais que fomentar a ideia de uma família ideal em contraste com a inexorável distância entre o filho imaginado e o Real, “entre a criança-falo prometida pelo ideal e a criança-objeto, ser de gozo” (Roy, 2021, s/p.).

Acresce-se que, com os significantes-mestres da ciência e do capitalismo em voga, a liberdade é priorizada nas diversas conotações que pode contar, em detrimento do limite, da falta, de tal modo que o Outro social, não só a família, encontra-se sem forças para dar amparo aos sujeitos. Portanto, a família tem se visto solitária na função de avalizar um sujeito (Kehl, 2003) – e nem sempre se dispõe a pagar o preço. Soma-se a isso que o discurso contemporâneo, sinalado por uma autorreferenciarão do indivíduo, manca ao sustentar a função transmissora. A dimensão do “si mesmo” é altamente validada em detrimento da alteridade (Han, 2017). Dessa forma, a transmissão, cuja condição *sine qua non* é o Outro, vê-se comprometida, incorrendo

em um ciclo do qual resulta o enfraquecimento do próprio Simbólico enquanto um legado coletivo que perpassa gerações.

Mediante o recuo da função familiar e o avanço dos discursos no foro, verifica-se o “mito contemporâneo de aposta na possibilidade de uma transmissão que possa ser feita em ausência do corpo através de aparelhos tecnológicos” (Jerusalinsky, 2015, s/p.). Hoje, a criança muitas vezes se aliena a um Outro (virtual, institucional), cujo desejo é anônimo e cuja palavra não faz marca que produza uma borda.

Os dispositivos eletrônicos são um exemplo disso. As crianças ficam entregues a objetos que não cumprem as funções de transmissão da falta e, de organização do circuito pulsional concernente ao traço de identificação, de tal modo que há chances de que seu circuito pulsional, seja configurado “de modo restrito e achatado sob a sideração do espetáculo, apenas “ligados” ao festival sensorial que o mundo das coisas oferece” (Jerusalinsky, 2021, p. 47). Diante disso, não é de se surpreender que frequentemente se escute na clínica os cuidadores dizendo que as crianças são elétricas, ou se questionando “onde tira a pilha?”. Afinal, são a objetos elétricos que elas se filiam muitas vezes, objetos passíveis de recarga permanente.

Nesse ponto, vale ressaltar o que Roy (2021) acentua: a não exigência de uma família enquanto tal. Os sujeitos podem montar bricolagens. No entanto, o infortúnio dos objetos que são alçados ao posto de Outro é, sobretudo, que eles não transmitem o enigma sobre seu desejo. Enigma este capaz de convocar o sujeito à linguagem e ao próprio desejo. A maneira automática com que esses objetos simulam se relacionar com as crianças, deixando-as em uma posição sempre passiva, causa uma resposta de repetição (Jerusalinsky, 2021). É como se a criança pensasse: “ele só pode querer que eu, como ele, repita feito um autômata” (Jerusalinsky, 2021, p. 36).

A transmissão simbólica conta com a função paterna na medida em que ela se dá, como referido por Lacan (1969/2003), em o pai atuando na forma de um vetor que se precipita na célula mãe-filho encarnando a lei. O Nome-do-pai é o significante que vem no lugar do desejo da mãe e que dá continuidade à cadeia significante. Se à mãe cabe a transmissão de um interesse particularizado mesmo que por meio de suas faltas, ao pai compete a metaforização do desejo do Outro. Desse modo, a lei paterna regula desejo e gozo. Pelo artifício de entrar como um terceiro vetor na relação mãe-filho, pacificar o gozo, tendo como condição o consentimento da perda de parte de um gozo, o pai permite então não só a entrada da instância da alteridade, isto é, da dimensão da diferença, mas também a convivência com a autoridade.

Defronte ao declínio da lei paterna, a dimensão do Outro, como portador da palavra, fica comprometida, ao passo que há certa baixa na instância da autoridade no contemporâneo. Para haver autoridade é preciso que haja a suposição de um outro cujo saber seja de alguma forma superior a ponto de prover algum tipo de orientação. Zupancic (2007), formula sua hipótese acerca dessa problemática, a qual seria a de que há dificuldade em “acreditar que o ‘pequeno outro’ possa ser o próprio modo de existência do grande Outro” (p. 6). É como se no contemporâneo ninguém pudesse figurar como Outro, pois todos são “apenas humanos, inconsistentes, quando não completamente fracos e patéticos” (Zupancic, 2007, p. 6).

Interessa notar como essa referência a todos na qualidade de “apenas humanos”, como bem ponderado por Zupancic (2007, p. 6), ressalta a igualdade de todos na ordem simbólica, o que representa ao mesmo tempo uma pequenez. O reflexo contemporâneo disso está na horizontalidade das relações, ora na abreviação das diferenças geracionais que comumente se vê hoje, ora na recusa à suposição de um saber aos que antecederam, contrariando a transmissão. Nem os mais velhos ou os portadores de títulos são distintos, ou validados a difundir um saber.

Pode-se conjecturar que a descrença nos cientistas e suas pesquisas científicas, durante a pandemia da COVID-19, tem aí parte de seu motivo.

Com efeito, na atualidade, predomina a supervalorização do que é relativo ao jovem. Calabria (2011) lembra que o que está em voga é a novidade, a renovação contínua, o que dana a memória do passado coletivo, as origens. Em razão disso, observa-se que essa época se localiza de modo diferente em relação aos costumes, de modo que o débito Simbólico com o Outro parece quitado. Nesse contexto, é dúbio o lugar de onde a infância é tributária, de onde ela foi originada, a ponto de ser possível uma criança não vislumbrar sua relação com uma história anterior a ela.

Se outrora uma comunidade se mobilizava para atender às necessidades de uma nova mãe e um recém-nascido, hoje são as mídias que se preparam para acolhê-los. Diversos conteúdos especializados no bem-estar materno e/ou do neonato são disponibilizados diariamente em páginas virtuais, cujas essências não são específicas para cada mãe ou cada bebê, mas de forma universalizante.

Sobre a lacuna deixada pelo saber coletivo, avança um discurso em torno da parentalidade – neologismo difundido pelos discursos correntes –, cuja forma se assenta na instrumentalização de um saber dito possibilitar uma criação de filhos sem erros (Iaconelli, 2020). Conforme a psicanalista traz, “a consistência imaginária das figuras de pai e mãe, os equívocos recorrentes no uso dos termos “função materna” e “função paterna”, o apelo ao especialista que previne e garante estão aí para exemplificar isso” (Iaconelli, 2020, p. 10). Teperman (2020) explica bem:

Quando se confunde as funções parentais, estruturais, com o papel do pai ou papel da mãe, o efeito é uma imaginarização das funções e um incremento nas fantasias de pais

e mães – exploradas pelos discursos atuais – de que existiria uma boa versão de família e que, para tal, bastaria seguir as orientações do especialista. (p. 89)

Assim, a abstinência de um saber prévio enche os olhos do discurso neoliberal tal como no caso dos adultos. Minnicelli (2016) adverte que a sociedade de consumo caracterizada pela independência aproveita de uma infância que se monta livre de leis que pautariam limites de cuidado. Situando-se como sem história, crônicas e a mando do livre-arbítrio, as gerações se tornam mais dispostas aos imperativos mercadológicos.

Diante disso, a infância, além de forjar uma suposta emancipação, alcança um estatuto notório dentre os valores sociais. Para aprofundar a discussão acerca dessa suspeita autonomia contemporânea estabelecida para as crianças (já mencionada em alguns trechos deste manuscrito), é preciso olhar para o horizonte desta época recorrendo aos significantes-mestres do discurso e seus reflexos no meio ambiente.

Hamad (2003) lança luz sobre uma delas, um ponto que encontra dificuldade em se concretizar na contemporaneidade o interior da família. Segundo ela, o revés está na passagem de filho a pai. Para que isso aconteça, é necessário que se rompa o laço filial; e para que o rompimento se dê, o corte entre o sujeito e o Outro primordial é condição *sine qua non*. Perante o estatuto da função paterna debilitada na eficácia de vetor que intervém na colagem entre mãe e filho, obsta-se essa separação. Logo, aquele que viria a ser pai permanece no lugar de filho, impotente para desejar uma mulher, senão sua mãe.

Isso pode ter a ver com o que muitos teóricos do desenvolvimento (Zagury, 2004; Levisky, 1998) chamam de prolongamento da adolescência. Em outras palavras, assemelha-se à noção que Lacan (1968/2003, p. 367) deu à expressão “criança generalizada”, referindo-se ao estado em que os adultos se encontram, isto é, em paridade com as crianças. Aqui, Lacan acusa

a indisponibilidade de “gente grande” (p. 367) para se responsabilizar pelos cuidados com as crianças.

Em contrapartida, as crianças também vêm entendendo sua posição de igualdade de direitos para com os adultos que exercem alguma forma de autoridade sobre elas, bem como estão atentas ao imperativo ao gozo sem fronteiras da época em que habitam (Nolasco, 2020).

A proliferação de diagnósticos do supositivo Transtorno Opositor Desafiador, por exemplo, parece estar em consonância com a reivindicação infantil ao lugar de superioridade.

Sem embargo, na família não há generalização. O que é da ordem do sexual vem fazer presença na família como fator de individualização. Jamais se prescinde da dimensão da diferenciação, uma vez que a dimensão sexual não é anulada no laço familiar (Teperman, 2020). Isto é, não há igualdade entre pais e filhos. Aos pais, é guardada a função da transmissão, desde que compareçam como sexuados, o que já introduz a dissimilitude.

Assim, o fenômeno de generalização da infância não é sem efeitos para a criança que, como já reiterado, espera um outro capaz de encarregar-se de suas necessidades e demandas para que advenha o seu próprio desejo, o qual a faz um sujeito desejante. “O que há então, de impossível de se viver para as crianças, é que eles são chamados, na realidade da falha simbólica de seus pais a ser <<o pai do homem>>” (Hamad, 2003, p. 27), quer dizer, serem seus próprios pais.

Analisando a situação, Hamad (2003) acrescenta ainda, como fatores para a paridade entre os indivíduos, o acesso da mulher à liberdade e a busca pela igualdade entre os sexos. Esclarece:

Ao haver se emancipado do paternalismo, as mulheres se encontram às voltas justamente com esse laço pré-edipiano com sua mãe, que se acha reativado na relação com seu filho. Paralelamente, <<liberados>> desse mesmo jugo, os jovens pais, de acordo com as exigências da <<igualdade>>, tornam-se papais/mamães, e esquecem de que é como homem para sua mulher que eles são essencialmente pais (Hamad, 2003, p.27)

Apesar de a autora não desenvolver esse argumento com base também na relação mãe/filha, o fragmento acima é uma pista para tal. É como se, junto com a independência no campo do trabalho, entre outros, a mulher dispensasse a intervenção de um outro na relação com o filho, permanecendo dominante nesta, e o pai acaba por não ascender ao lugar paterno. Contudo, esta posição da mulher a remete à posição que se encontrava quando no seu primeiro vínculo com sua própria mãe, comprometendo a menina em seu caminho para tornar-se mulher e mãe.

Outra pista é dada quando a autora discute a expressão controversa “família monoparental”. Esse dito tão comum hoje, esconde essa questão complexa de não se tornar mulher ao se tornar mãe, posto que, ao referir-se como monoparental, além de aspirar à igualdade entre os sexos, faz desaparecer a dimensão de um terceiro no discurso materno (Hamad, 2003). Desse modo, as mães permanecem meninas ligadas ao laço pré-edipiano com sua mãe, mantendo-o também por meio da colagem aos filhos.

Com esse mesmo tom, muitas mães (sejam elas casadas, solteiras, viúvas) têm publicado amiúde nas redes sociais a legenda “Meu útero é um pincel e eu posso provar”, abaixo da qual colocam a foto mais bonita que acham na galeria de milhares de fotos dos filhos. Se o útero é um pincel, o filho seria sua obra autoral. Não estaria aí a mesma lógica de exclusão da alteridade? Sozinhas, elas os fizeram e podem demonstrar.

Valendo-se dessas considerações, como também as do tópico anterior, acerca das funções, dos discursos em veiculação e dos efeitos incorridos, é possível destacar que as crianças sofrem, e no que concerne ao prisma Simbólico desse sofrimento, tem-se: de um ângulo, conforme insinua Hamad (2003), a insuficiência paterna na atualidade contribuindo para que a criança se emaranhe na fantasia materna, atando-se ao engodo de “ser ou não ser tudo para o Outro” (p. 24), pondo em risco assim a sua própria constituição como sujeito. De outro ângulo, temos o que Vincent (2003) conclui:

como lembrou por diversas vezes Charles Melman, se certas crianças, certos adolescentes, se emancipam de toda regulação, de toda lei, eles não são senão o reflexo daquilo que, em nossa sociedade, funciona. Cada um por si. (...) A autoridade não faz mais sucesso. Os saberes perdem seu valor. As crianças estão à procura de referências. (p. 75)

Nessa toada, partiremos para o próximo capítulo a nos perguntar sobre o que da configuração do Imaginário faz a criança sofrer. Tendo em vista que a precariedade da Simbólica outorga um vazio que, por vezes o Imaginário vem recobrir, mas resulta na sua insuflação, levando ao enleamento do sujeito a uma referência imaginária, há de se considerar que há um custo nisso, especialmente no que diz respeito à posição de objeto concernente à criança. Serão esses aspectos que tentaremos articular.

5- O IMAGINÁRIO

“Via-se metade ao espelho porque se via sem mais ninguém,
carregado de ausências e de silêncios
como os precipícios ou poços fundos.”
(O filho de Mil Homens, Valter Hugo Mãe)

Este capítulo contemplou os efeitos da condição do Imaginário no contemporâneo no que tange ao sofrimento da criança, tendo em conta que esse registro tem sofrido mutações. Destaca-se, dentre as demais, a insuflação do Imaginário, sendo um de seus corolários a ascensão da imagem como principal referência; além disso, a atuação da ciência repercute na configuração que o Imaginário tem tomado, o que, por sua vez, ressoa na constituição psíquica do corpo, já que esta tem como coordenada importante o Imaginário.

Se há uma problemática em torno do Simbólico, qual a condição do Imaginário na atualidade? Ora, “com o narcisismo em alta, a exaltação da imagem corporal, a valorização da apreciação de si e, dessa forma, o olhar do Outro como foco principal, verifica-se como o Imaginário não simbolizado vai tomando a dianteira” (Hamad, 2003). Os sujeitos desnorteados deste século acham na imagem um novo referencial que substitui paulatinamente o Simbólico (Paulozky, 2011). Outrora, era o Simbólico que tentava dar notícias do Real, no momento, parece ser o Imaginário que se ocupa disso. Isto posto, seguiremos a análise em torno da situação da criança sob a perspectiva do Imaginário.

5.1 – Os efeitos discursivos e o Imaginário

Ora, observa-se que a ciência, além de apresentar recursos que aumentam a extensão do domínio da imagem, efetua mutações também em outras direções. Ante o descrédito aos saberes tradicionais, Nepomiachi (2011), sopesa a precipitação da ciência enquanto emblema de autoridade. Desse lugar de autoridade, a ciência profere enunciados que impactam o modo de viver dos sujeitos. Dado que o saber científico se debruça sobre o homem a fim de encontrar

uma verdade única, pode-se conjecturar que ele funciona sob a lógica da produção de rótulos para os sujeitos, massificando-os. Apagando a singularidade, quer pela objetivação do humano, quer pelo silenciamento da enunciação subjetiva em favor dos enunciados fornecidos, almeja-se a retratação do singular com o universal (Nepomiachi, 2011). Contudo, a existência do inconsciente impede a inserção total do sujeito em uma universalização.

Nepomiachi (2011) nota, a partir de Lacan (1953/1998), que o desfecho subjetivo vai mais além. Lacan, atento à alienação do sujeito da era científica, analisa a mudança no estatuto da enunciação do próprio sujeito. De acordo com ele, o sujeito contemporâneo, na tentativa de falar de si mesmo, enlouquece seu discurso, de modo que o *'Ce suis je'* – isto sou eu – transforma-se em *'C'est moi'* – sou eu. De sujeito da oração, o sujeito passa a objeto da oração, revelando sua posição alienada, mudança que provoca o deslocamento da enunciação para o enunciado, ou seja, de enunciador para enunciado. A solução que o sujeito encontra então é o retorno à posição narcisista, a qual leva à máxima segregacionista: ou eu ou o outro. Explica-se assim a exclusão do Outro incluída nas formas de responder do homem moderno. Nepomiachi (2011) justifica tal relação:

A afirmação imaginária é o efeito lógico em um sujeito do discurso universalizante alienante, da ciência. Consequentemente, ela só pode se reconhecer em termos de reivindicação do eu e de sua constelação: afirmação identitária, agressividade, segregação, etc. Nesse nível, a relação essencial que se estrutura o laço do sujeito e do outro é da exclusão (você ou eu). (pp. 32-33)

A partir desses apontamentos, pode-se desenvolver melhor como o narcisismo das pequenas diferenças, fenômeno conceituado por Freud (1921/1980) tem sido reforçado pelo cenário social. Para tanto, precisou-se recorrer ao conceito lacaniano de semblante.

Lacan trabalha arduamente com a noção de significante ao longo de sua teoria, contudo, já no final, Lacan traz a ideia de semblante. Apesar de dar aos dois conceitos um estatuto quase idêntico, o que muda ao introduzir o semblante é que este guarda uma conotação mais próxima do sentido de aparência. Miller (2011) conclui que com isso, Lacan atina-se ao fato de que “a ordem simbólica, da qual em seu primeiro ensino ele fazia a mola e a estrutura da experiência analítica daquilo que Freud chamava de psiquismo, essa ordem simbólica é do registro da ficção. Em outros termos: o significante é semblante” (p. 165).

Considerando que os semblantes são constituídos a partir da convergência do Imaginário com o Simbólico, cabe fazer a pergunta que desponta o início deste capítulo acerca da condição atual do Imaginário. Há uma insuflação do Imaginário no contemporâneo, a qual parece contribuir para o solapamento dos semblantes, na medida em que a univocidade do Imaginário não faz nada “parecido com”, mas algo “igual a”. A fixidez do Imaginário participa da concepção de uma lógica fascista no contemporâneo (Lollo, 2017) – não reduzindo o fascismo a uma doutrina política, mas o ampliando a um arranjo Simbólico que conserva uma lógica. “O fascismo não seria, antes de tudo, uma posição psíquica totalitária e idólatra, ou seja, uma posição de fidelidade a uma ideia, a uma imagem?” (Lollo, 2017, p. 16).

Freud (1921/1980) se detém sobre a formação do vínculo comunitário evidenciando sua razão separatista. A identificação necessária à formação de um grupo, tendo como recurso o ideal do eu, é realizada com o igual, diferenciando-se inevitavelmente do diverso. Ocorre então, uma aliança com o semelhante em oposição ao diferente, processo que Freud (1921/1980) chama de narcisismo das pequenas diferenças. Será a partir desse funcionamento estrutural do laço social, que supõe a exclusão, que a lógica fascista vai operar. Ela o incrementa ao colocar todo o peso Imaginário no vão entre o igual e o diferente, tornando o diferente o inimigo a ser

eliminado. Em síntese, é sob a égide da máxima “sem isso, tudo seria perfeito” que o fascismo se assenta, radicalizando a exclusão da alteridade.

Tais contingências imprimem ao Eu um distintivo sempre mais extraordinário. O Eu se submete a reiteradas avaliações, dentro das quais se classifica como estimado ou menosprezado, enquanto isso, suas experiências vão sendo destituídas de sentido. O extrato é a reivindicação de um Eu infalível, um Eu governante de seu gozo instantâneo e passageiro. Nepomiachi (2011) entende que é nesse ponto que o *gadget* funciona convenientemente como um elemento artificial que supre necessidades e funções egóicas a fim de saturar a falta.

Descobre-se que a imbricação do Simbólico ao Imaginário promove uma economia psíquica que longe de se ordenar pelo objeto caído, “objeto inapreensível no espelho, (...) objeto marcado pela negatividade” (Nepomiachi, 2011, p. 33), ela se ordena ao redor de um objeto disponível a gozar. A inflexão se dá no nível do Eu, de maneira que ele se reverte em um objeto de gozo tal como qualquer outro.

Consoante a isso, Meira (2003), a partir de sua análise dos brinquedos contemporâneos, refere que as crianças situadas na demanda do Outro social de triunfo e consumação são impelidas desde logo a serem

ganhadoras, lutadoras, e usar toda a sua energia para suplantar o outro. Ganhar ou perder, ser forte ou ser fraco, ter tudo ou não ter nada, ser poderoso ou ser impotente são alguns dos traços imaginários que as crianças colocam em jogo no brincar, sintoma da infância. (p. 50)

O que é evidenciado é a delineação de uma identificação Imaginária instaurada muito mais próxima da dimensão do ter que do ser (Meira, 2003). Frente ao soçobro da regulação

paterna do gozo, o sujeito inclina seu gozo aos objetos de consumo, em prejuízo da fantasia que se faz âncora do sujeito (Rehbein & Chatelard, 2019).

A matiz Imaginária dessa lógica instiga formulações inflexíveis em torno das diferenças, encerrando os sujeitos em seus atributos, vedando a singularidade de cada um. Atualmente, a criança se inclui nessa compreensão tirana (Formigoni, 2017). Formigoni (2017) inclusive justifica a generalização da infância (citada no capítulo anterior) a partir do processo de igualação dos indivíduos propiciada pelos discursos. Ao passo que a complicação acarretada ao laço social advinda desse processo originaria a segregação, haja vista que tais discursos produzem “saberes totalizantes que encerram o sujeito em conjuntos fechados – **a criança**, o homossexual, o velho [...] – deixando de fora sua singularidade” (Formigoni, 2017, p.75, grifo meu). É como se a pluralidade dos seres pequenos formasse um só grupo de características idênticas. As crianças são difíceis, agitadas, sem limites. Mais ou menos são esses os adjetivos que compõem a descrição da criança hoje.

Sem embargo, com maior frequência, as crianças têm se comportado desde esses predicados dedicados a elas. Por que?

Daumas (2007) declara que toda criança é um ideal, fato que implica uma estrutura ficcional. No entanto, baixo à servidão do Simbólico ao Imaginário na atualidade, a criança está situada em uma ficção sem verdade, haja vista que ao Simbólico é reservada a capacidade de tratar a verdade ficcionalmente. Assim sendo, a criança se fixa como objeto de gozo da família, em razão do distanciamento do processo de metaforização simbólica na constituição do próprio sujeito. Surgem daí “crianças alienadas ao Imaginário, crianças egoístas, crianças apegadas a algo, que quando desaparecem desse lugar imaginário, atuam de uma maneira louca, imparável; sustentados desde um excesso de olhar” (Daumas, 2007, p. 52).

Essas crianças, prossegue Daumas (2007), despóticas e narcisistas, não querem saber do Outro, tampouco dos outros, seus semelhantes. Paradoxalmente, requerem suas aclamações constantemente.

Ocorre que a palavra marcadora de um limite se torna paulatinamente ausente, o que possibilita que “o plano Imaginário sempre evanescente e captador de um a mais qualquer dos objetos” (Trobas, 1993, p. 27) prevaleça. Com efeito, a criança também é capturada por um gozo a mais.

Sucede que às crianças desta época, diante do pai enfraquecido, resta o ninho fálico da mãe. Elas testemunham com seus sintomas a decadência da lei paterna. Trobas (1993) declara sua hipótese, a qual concorda, de certa forma, com o que é dito por Daumas. “A tese aqui defendida é a de que há um distúrbio no nível da eficácia da articulação entre a angústia de castração e a formação do sintoma” (Trobas, 1993, p. 23) – este último pertencente ao domínio Simbólico. Trobas (1993) explica que o agente da castração e, logo, de sua angústia, é o pai Real e este estaria bastante acometido. O pai Real seria o responsável por preparar a entrada do pai Simbólico, assim que, a falência do pai Real agrega a do pai Simbólico. Mais precisamente,

a questão, nos termos de Lacan, é saber o que pode se passar quando a angústia de castração não é mediada pelo papel Simbólico do pai, quando sua palavra, sua autoridade, sua presença Real, enfim, seu discurso não pode fazer entrar o gozo pulsional, gerador dessa angústia de castração, no lugar da lei, no lugar do grande Outro. O que se passa não é a baixa de tal angústia – volto à angústia moderna – mas seu aumento. Com efeito, se a angústia de castração não é posta em jogo pelo agente paterno que vai trazer a ela uma pacificação simbólica, é uma outra figura de Outro, do grande Outro que se vai pôr em jogo, a saber, em primeiro lugar a mãe, a mãe fálica – Lacan

avançando nisso, leva em conta que o declínio da função do pai altera seu poder de privar a mãe de sua criança como objeto fálico imaginário. (Trobas, 1993, pp. 26-27)

Disso, continua Trobas (1993), decorre a posição da criança como falo materno. A obsolescência da função paterna dificulta a metaforização do desejo materno para o sujeito, portanto, o sujeito se vê paralisado nas malhas do que há de mais Imaginário em ser o falo do outro. Trobas (1993) afirma que isso condiz com o que Lacan denominou de dialética da frustração:

Nessa dialética, que se desenvolve sobre o plano Imaginário sempre evanescente e captador de um a mais qualquer dos objetos, o sujeito fica fixado, via seu eu, no seu esforço de representar, ao nível de seu ser imaginário, o objeto que falta ao Outro, de significar para o Outro esse falo Imaginário que, em o preenchendo, lhe preencheria e asseguraria uma espécie de gozo partilhado. (Trobas, 1993, p.27)

Tal enquadramento guarda relação com a ascensão da mulher ao meio social e político. Como já registrado neste trabalho, a mulher reivindica seu lugar na sociedade, bem como exige a igualdade em relação ao homem. Além de que, hoje, as mulheres podem até resolver por si sós se terão ou não filhos, como os terão, podendo ainda reproduzir sem necessitarem de um parceiro. Disso, decorre, conforme aponta Rehbein e Chatelard (2019), a falicização das mulheres, o que contribui para o inverso nos homens, isto é, a desfalicização. As mulheres contemporâneas comparecem como uma “figura imaginária de uma supermulher” (p. 5), plenas e magistrais. Exemplos no que fazem, seja no âmbito do lar, seja em sua profissão. Não é por acaso que um significante muito veiculado nas redes sociais junto a fotos de mulheres em diversos contextos é “plena”. Não obstante, ao tornarem-se idênticas aos homens, as mulheres os ultrapassam e fragilizam sua virilidade (Rehbein & Chatelard, 2019).

Segue-se a essa condição, o fato de que, dispensados do seu tomo viril, muitas vezes os homens ausentam-se de seus lugares, quer na família, quer nos relacionamentos amorosos e até sociais. Assim, as mulheres, amiúde aparecem sozinhas nesses lugares – ainda que acompanhada de uma presença –, em especial na família. Acrescenta-se a isso que a existência de uma egolatria, da exacerbação da independência e do ideal de realização pessoal concorrem para a renúncia ao Outro (Rehbein & Chatelard, 2019).

Desse modo, as autoras reafirmam que a mãe conserva o seu estatuto de mãe-fálica, o que entrava a transmissão do falo ao filho e o alcance da filha à feminilidade. Para mais, elas ratificam que “o estatuto da feminilidade na atualidade é correlato ao do Outro. A ascensão do matriarcado implica a presença maciça das mães sobre os filhos, expondo especialmente uma filha ao estrago materno, favorecendo a identificação ao objeto fálico da mãe” (p. 9).

O quadro que se monta é efeito de uma torção entre Simbólico e Imaginário, de sorte que a constituição do sujeito se vê afetada, franqueando uma única saída, a de um ideal narcisista, portanto, pelo Imaginário (Rehbein & Chatelard, 2019).

Tendo visto que os efeitos produzidos pelas incidências dos discursos são diversos, continuaremos a pesquisa na direção da relação da criança com a imagem. Como ela se dá? E quais seriam as consequências?

5.1.1 – A relação das crianças com as imagens

De uma outra perspectiva, que não a da imagem psíquica, mas podendo se relacionar a ela, vale abrir, nesse ponto, uma digressão sobre a avalanche de imagens transmitidas às crianças hoje em dia. Nesse caso, é legítimo questionar-se primeiro se essas imagens serviriam de base para a montagem do Eu. Lerude (2021) se faz a mesma pergunta ao pensar a condição dos adolescentes representados por avatares em jogos – situação corriqueira atualmente. A

resposta que Lerude propõe convém igualmente à questão sobre as crianças. Antes, a psicanalista adverte que qualquer hipótese ainda é vacilante. De toda forma, as imagens nos aparelhos são dissociadas umas das outras, ininterruptas, de modo que elas não se fazem “enroladas umas em torno das outras para construir as camadas superpostas deste bulho de cebola do qual Lacan tinha feito uma ilustração do “eu”, enquanto instância imaginária, construída, desenvolvida, lembremos, sob a dependência do *Ideal do eu Simbólico*” (p. 197). Assim dizendo, as imagens nas telas não edificam uma sequência encadeada como ocorre no caso da cebola, simulando aqui as camadas de identificações que envolvem o Eu, cujo elo se daria pela estrutura discursiva em torno das imagens.

Freud (1921/1980) aponta o ideal do eu como a forma em que se realiza uma identificação primordial entre o sujeito e o próximo, sendo ela necessária ao laço com o semelhante. A idealização do Eu, portanto, acaba remetendo o sujeito a uma satisfação que estaria para além de seu circuito pulsional, muito além da necessidade (Jerusalinsky, 2021). Além do que, constata-se que a identificação requer a relação com o Outro encarnado da qual restará um traço que será integrado pelo sujeito. Ou seja, inscreve-se um traço identificatório, cuja operação se reverte em mão dupla: “por um lado, tal inscrição permite ao sujeito se reconhecer nesse traço (...); e, por outro lado, tal inscrição comporta a dimensão da perda do objeto, ao produzir um traço em seu lugar.” (p. 43).

Outro ponto essencial é que a passagem do organismo ao corpo e à linguagem só se faz na presença de um Outro que inscreva marcas significantes na criança (Jerusalinsky, 2021). Assim, ao se atentar à discussão feita no capítulo anterior acerca do arrefecimento da transmissão da cultura, tem-se constatado, como efeito disso, o aumento considerável de crianças que são relegadas ao cuidado de um suposto Outro eletrônico, como se uma criança pudesse ser cuidada, apaziguada, olhada, por artefatos eletrônicos desenvolvidos para isso, tais

como os televisores, o celular, a babá eletrônica, cadeirinhas com móveis (progressivamente mais hipnotizantes). Com isso, pode-se dizer que as pequenas crianças vão sendo entregues, em geral, a imagens cada vez mais cedo.

Em relação a esta última afirmação, Dufour (2005) contribui com sua argumentação. A princípio, o autor constrói suas alegações em torno dos efeitos da inserção da televisão no meio ambiente do homem. Tal inserção em massa tomou grande espaço, de modo que a televisão passou a ser uma das maiores vias de transmissão da cultura. Contudo, o dispositivo daria lugar a um sujeito muito mais indefinido, acessível pelas injunções ao consumo e ao fluxo das comunicações. Nesse sentido, as crianças telespectadoras são facilmente preparadas para o consumo (Dufour, 2005), sobretudo pois, ainda na iminência de ascensão ao Simbólico, faz-se mais fácil capturá-la.

Outro efeito importante foi a modificação do vínculo estabelecido entre a imagem e o texto (Dufour, 2005). Se previamente ao desenvolvimento da técnica de registro e projeção de imagens, havia palavras, as quais eram imaginadas (tornavam-se imagens no pensamento), agora a imagem está *prêt-à-porter*. No entanto, Dufour lembra que é justamente na possibilidade de se fazer presente algo que está ausente que se encontra a competência da simbolização, de modo que a falta da ausência provocaria a precarização do mérito do Simbólico.

Ao falar da suspensão do texto referido à imagem, Dufour (2005) recorre ao conceito psicanalítico de fantasia, considerando que esta é relativa a imagens no inconsciente, a princípio sem contexto. Assim, articula o risco que se corre pelo fato de que:

como o “texto” dessa fantasia está escondido daquele mesmo que é seu portador, essas imagens voltam ao sujeito de maneira repetitiva ou intrusiva, sem se fixar nem se encadear num processo cumulativo. E toda imagem exterior pode então vir entreter a

fantasia, colando-se compulsivamente nela em sequências sem texto (Dufour, 2005, p. 127)

Daí que, junto com Jerusalinsky (2003), pode-se ponderar sobre a questão da importante constituição da fantasia para a criança em uma época na qual as fantasias estão por todo o lado – em todas as telas – prontas para serem compradas. O inconveniente reside na relação que essas imagens aleatórias estabelecem com o gozo, especialmente do consumo, contrariamente, a fantasia coloca o sujeito em junção e disjunção do *objeto a* (como indica o matema lacaniano da fantasia $S \langle \rangle a$), isto é, com o objeto perdido – perda de gozo –, associado ao desejo.

Dufour (2005) reconhece que a televisão – talvez essa afirmação possa se estender aos demais meios de comunicação – pode ser um bom recurso para se aprimorar o uso do Simbólico, o conhecimento ou até mesmo para criar algo a partir do que se experimenta ali, desde que o Simbólico esteja já apropriado. Ao invés, caso as referências simbólicas não estejam bem assentadas, caso das crianças menores, é passível de se resultar em um efeito disruptivo. Nesse contexto, pode ocorrer a aglutinação das imagens vistas às imagens interiores, como a fantasia, que regularmente funcionam sob a égide da onipotência versus impotência, conforme lembra o autor. Dufour aclara:

Essas imagens podem, pois, assaltar aqueles que as percebem, sem se fixarem nem se encadearem num processo cumulativo controlável, e gerar novos sofrimentos. Em suma, elas só podem voltar, de maneira repetitiva, para pôr o sujeito na dependência delas. De um lado, elas não podem ser objetivadas, o que significa que não abrem para um procedimento que desemboque num saber; de outro, investem toda imagem exterior que lhes é dada, de modo que se constituem como uma espécie de tela, é o caso de se dizer, que se interpõe entre o sujeito e a realidade que lhe chega. (Dufour, 2005, p.132)

À vista disso, Dufour (2005) indica que o imbróglio também se dá na capacidade de o sujeito lidar com as coordenadas simbólicas de pessoa, tempo e lugar, uma vez que a dimensão virtual pode embaralhar a percepção de tais dimensões, incorrendo em respostas fantasísticas do sujeito. Em síntese, periga a eficácia simbólica e discursiva do sujeito.

Bernardino (2021), ao tratar da questão do uso das tecnologias projetivas de imagens pelas crianças, destaca as características comum a elas: todas se reduzem a um componente estranho, maquinal, cuja atuação é autômata, comandável ou não conforme sua vontade. Por conseguinte, segundo sua alerta, a colocação desses dispositivos para as crianças acarreta a probabilidade de afastá-las da convivência com seus pares, impedindo-as de conviver e assimilar a inscrição da falta e da diferença. Dito isso, a autora inquire sobre quais referências as crianças usuárias frequentes das novas tecnologias empregarão para encarar a existência e seus obstáculos. A partir de suas interlocuções, inclusive com Dufour (2005), ela deduz a possibilidade de que a chave de leitura criada por essas crianças seja inflexível e idiossincrática.

Bernardino (2021) sugere ainda que além da promoção de identificações fortes e inexoráveis, esses equipamentos apartam o corpo, isto é, excluem o corpo da cena discursiva que rola. Tal concatenação é sumamente necessária para o sujeito-criança. Bernardino analisa:

A criança exposta muito tempo à TV não sabe muito bem o que fazer com seu corpo, não entende bem a questão da excitação, do impulso, pois o processamento dessas questões fica deficitário entre o que as imagens/cenas/palavras demandam dela unilateralmente e o que nela só responde passivamente, já que ela está imóvel diante do aparelho. (p. 160)

Considerando então que, para além das inflexões em relação à dimensão do Simbólico, o primado da imagem acarreta desdobramentos na constituição corporal na qual a criança está lançada, prosseguiremos abordando os impactos atuais nessa operação psíquica.

5.2 – Aspectos da constituição do corpo na atualidade

Como já mencionado, o sujeito em sua constituição perpassa uma alienação à imagem também. Primeiramente, Freud (1914/1996) vincula a formação do Eu ao narcisismo, estágio muito principiante em que há uma relação autoerótica do sujeito com sua própria imagem, a qual, aliás, se dá em conjunção ao agente parental, já que nesse momento não há separação entre o bebê e o outro. Significa dizer que, por exemplo, ao ser amamentado, o sujeito experimenta um gozo de si mesmo por não diferenciar o interno e o externo.

Mais tarde, Freud (1921/1980) indica que a constituição do eu se assenta sobre uma imagem, da qual o supereu se apoderará no intuito de dominar o sujeito por meio da montagem idealística de um eu – o eu ideal –, instância imaginária, moldada a partir da imago paterna, a qual serve como referência para o sujeito. Lacan delinea então o que chamou de estágio do espelho.

Explicando melhor, o Estádio do Espelho é a operação de aquisição de um corpo que não é tanto orgânico quanto psíquico. Se pelo complexo de Édipo – ou de castração –, o sujeito se apropria da linguagem, no estágio do espelho, ele se apropria da imagem psíquica de seu corpo. Lacan (1949/1998) denota que, ao nascer, o sujeito não tem a apreensão de seu corpo como um todo, experimentando-o de forma segmentada. Isso porque ainda não se constituiu uma imagem psíquica de seu corpo a fim de dar-lhe um contorno, unificando-o.

O Estádio do Espelho se dá em três tempos (Lacan, 1949/1998). No primeiro, há uma confusão de si com o outro, não se distingue o eu e não eu. Ao passo que, no segundo tempo, desperta-se uma separação ainda obnubilada, momento que Lacan (1946/1998) chama de transitivismo, o qual ele ilustra da seguinte forma: a criança “pode participar, num transe completo, do tombo de seu colega, ou igualmente lhe imputar, sem que se trate de mentira, ter recebido dele o golpe que lhe aplicou” (Lacan, 1946/1998, p. 182). Já no terceiro tempo, o

sujeito, por fim, alcança a discriminação entre o eu e o outro, conseguindo alçar sua imagem em separado do outro e já integralizada.

Chegar a este último tempo é complexo. Envolve o reconhecimento de si no olhar do Outro, haja vista que o que se chama de espelho não é material, senão o olhar do Outro. A partir do reflexo de si no semelhante, o sujeito realiza-se em uma imagem ideal. Ao mesmo tempo, implica o envoltório Simbólico dado pela fala do Outro que ratifica a imagem (Lacan, 1949/1998), feito uma criança que se olha no espelho (concreto), vê sua imagem e retorna o olhar para o adulto próximo à espera de uma confirmação do que vê. A palavra desse Outro orienta e fixa a imagem, cobrindo-a de valor fálico (Brousse, 2014).

Em uma conferência sobre o que haveria de novo no campo da constituição corporal, Brousse (2014) acusa o progresso da ciência sobre a matéria corporal, dividindo minuciosamente o corpo em partes a fim de explorá-lo e prover o conhecimento científico assim como o mercado. Segundo a psicanalista, o discurso científico causou uma mutação no estatuto da imagem do corpo, ao separar ao extremo a imagem orgânica da imagem unificada psíquica. Decorre daí “o desvelamento de um corpo orgânico fragmentado, sem o véu de uma imagem corporal única”, despertando angústia (Brousse, 2014, p. 13).

Brousse (2014) relaciona essa questão à “hipótese (...) [de] que o *eu ideal* vem substituindo cada vez mais o *Ideal do Eu*, por meio do avanço da ciência” (p. 13). Equivale a dizer que a instância Imaginária que participa da montagem do Eu – o eu ideal – sobrepõe à instância Simbólica – o ideal do eu. Brousse elucida tal hipótese: o crescimento do conhecimento da ciência sobre o corpo incrementado pelo poder das imagens faz com que os ideais sociais associados ao corpo e o que há de corporal no gozo se tornem cada vez mais tolos. Assim, o eu ideal trabalha efetivamente por meio de uma imagem do corpo, mas agora essa imagem se encontra desligada do discurso do Outro. Ou seja,

Há então uma espécie de decadência do Ideal do Eu e um desenvolvimento do eu ideal. De tal maneira que esse eu ideal funciona, por certo, como imagem do corpo, mas uma imagem do corpo um pouco cortada do Outro da palavra. Há um desenvolvimento do mundo das imagens, não totalmente sem o Outro da palavra, mas em parte sem o Outro da palavra. Existe uma espécie de extensão do império das imagens que não são tão reguladas pelo mundo do discurso como eram anteriormente; elas são reguladas atualmente, não tanto pelo império da linguagem, mas sim pelo império da escritura científica, nos processos para modificar o eu ideal, como por exemplo: operar o nariz, aumentar ou diminuir os seios, modificar as rugas, etc. (Brousse, 2014, p.13)

O Outro, responsável por conferir uma espécie de validação à imagem que a criança se faz, comparece claudicante nesse momento, de tal modo que essa imagem perde parte de sua consistência. Assim, a apropriação de seu próprio corpo, por meio da imagem operada psiquicamente, torna-se vacilante a ponto de vários sofrimentos das crianças se alojarem na sua estrutura corporal. Tomando essa direção, discorreremos no próximo capítulo sobre a dimensão do Real, especialmente o que diz respeito ao corpo.

Tratou-se, a partir deste capítulo, de situar o sofrimento da criança na dimensão do Imaginário. Ao afastar a criança do Simbólico, por meio do império da imagem, pode-se interferir de diferentes formas na constituição da fantasia, a qual se desdobra na infância, colocando-se em risco a dimensão subjetiva. Outro ponto relevante é a perpetuação da posição da criança como objeto materno reforçada pela condição superinflada do Imaginário. Depreende-se que tais aspectos respondem ao declínio da referência paterna e a consequente intensificação da referência materna na atualidade. Importa destacar ainda que não se faz aqui um apelo ao pai consagrado por épocas outras, mas pontuar os aspectos das mutações ocorridas

a fim de se subsidiar a reflexão acerca da importância de se buscar evidenciar as novas regulações, que estão reescritas para além do modelo patriarcal.

Como Daumas (2007) acentua, instaura-se uma espécie de continuidade entre o Simbólico e o Imaginário, causando a fissura entre ficção e verdade. Desprovida de verdade, a ficção se torna Imaginária. Daumas sustenta então que à caducidade da verdade ficcional corresponde o decreto do retorno do Real, que não faz ficção. E é sobre o Real que seguiremos os argumentos desta investigação, debruçando-se sobre seus aspectos no contemporâneo e suas relações com a condição da criança.

6 – O REAL

*O corpo não é uma máquina como nos diz a ciência.
Nem uma culpa como nos fez crer a religião.
O corpo é uma festa.
(Eduardo Galeano)*

E o Real? Qual o estatuto do Real no contemporâneo? O que da condição do Real afeta a criança e como participa do seu sofrer? Essas são algumas questões que balizarão o percurso deste capítulo. Na toada deste trabalho em torno dos registros psíquicos, será discutido como o Real comparece na situação da criança.

Lacan constrói a teoria dos registros psíquicos Real, Simbólico e Imaginário para esboçar a experiência psíquica humana e também o que ela não alcança. Este último aspecto seria o Real, que Lacan (1974-1975), em certa feita, o define como ex-sistência, relacionando-o assim ao que existe externamente à dimensão do compreensível. Ao descrevê-lo como o que “não cessa de não se inscrever” (1973/1985, p. 86), Lacan já está dizendo sobre essa ex-sistência do Real ao Simbólico, a qual faz o Real impossível de ser representado simbolicamente. No limite, o Real é o impossível. O Real é o que o Simbólico e o Imaginário só encostam de raspão pela via dos semblantes, resultante do encontro borromeano desses dois registros.

Sendo o Simbólico responsável por dar um contorno fálico, por meio dos significantes, às coisas e o Imaginário, oferecer consistência a partir da imagem.

Há um Real concernente a cada época. As mutações pelas quais as sociedades passam fazem um furo no saber consolidado, emergindo algo de indizível que “não cessa de não se inscrever” (Lacan, 1973/1985, p. 86) para os sujeitos. Ao pensar em um Real para cada época, há de se considerar como cada tempo histórico encara o Real que lhe pertence, como o Simbólico trata do Real. Os efeitos do Real dependem de quais semblantes o tocam. Afinal, como Lollo (2017) lembra, o Real é contingência.

Apesar de o Real ser o que insiste em não ser representado, ele advém pela contingência, isto é, na forma do que suspende a sua não representação. O psicanalista explica que isso se dá, pois, o Real marca a realidade ou o corpo, o que ele chama de apelo do Real. Apelo esse ao qual é preciso se atentar. Essa marca então é o que faz o Real virar contingência (Lollo, 2017).

Miller (2014) já se atentara ao caráter mutável dessa relação ao alegar que o Real do século XXI é um Real em crise. Segundo o psicanalista, outrora a natureza fazia as vezes de um Real ordenado, o qual Lacan expunha como o Outro do Outro. Ao desestabilizar essa pilastra que dava ao Outro uma garantia, a ciência coadunada ao capitalismo provoca uma desordem no Real. O Real, na perspectiva lacaniana, passa a ser “‘um’ Real arriscado, contingente, na medida em que falta a lei natural da relação entre os sexos” (Miller, 2014, p. 30).

A largada imperial dos discursos da ciência e do capitalismo incidiu justamente sobre a certeza que a natureza consignava ratificada pelos discursos à época. Portanto, se há uma crise no Real é propriamente porque junto com o Simbólico, decaíram também os semblantes (Miller, 2014). Os discursos, mantenedores do Simbólico, tem como um de seus elementos os significantes que vêm no lugar de uma ausência – para se referir ao que não está ali (Lacan, 1957/1998). Os significantes são empregados em cadeia a fim de se construir um sentido acerca da realidade (Lacan, 1957/1998). O sentido alcançado corresponde ao semblante, ou seja, o semblante é a encarnação da verdade, onde ela faz parecer ser.

O questionamento reiterado dos significantes-mestres, especialmente aqueles herdeiros da tradição, franqueia o estatuto de semblante – ou seja, a condição de estar escondendo nada –, bem como a fragilidade dos sentidos que norteavam os sujeitos. A psicanálise revela que a natureza mesmo é rica em semblantes, desmistificando a ordenação Real que ela guardaria (Miller, 2014).

Mediante tais condições, há reflexos que podem se relacionar à posição da criança nesta época. Portanto, seguiremos essa via buscando depreender melhor a contribuição do Real.

6.1 – Real: referente da castração

Tendo em conta que o véu é um semblante que esconde a castração, de acordo com Brousse (2007), a atualidade concerne ao desvelamento. Porém, sendo o véu um engodo, ao retirá-lo, descobre-se que não há nada por baixo (Lacan, 1956-1957/1995). Dessa forma, o Real é escancarado na atualidade. Se o semblante é recurso para tratar o Real, e o faz pelo Simbólico, tal relação tem se sacrificado em prol de um tratamento imediato do Real. Mas como isso seria possível, se o Real não é representável? Talvez, rechaçando-o. E não seria esta a problemática contemporânea?

Tanto o discurso capitalista neoliberal quanto o discurso da ciência, a propósito, derivados do discurso do mestre, em seus *modi operandi*, colocam à parte o sujeito dividido. Escamoteiam o que remete à falta estrutural do sujeito – à castração. A ciência, por sua parte, aspirando ao homem-robô (ou ao robô-homem); o capitalismo neoliberal, de modo semelhante, avançando em direção ao homem-objeto (ou abjeto). A confluência desses discursos fomenta a exclusão do sujeito do inconsciente. Na impossibilidade de lidar com o Real frente a frente, o que se põe em jogo é a castração.

A cifra Real da castração é a inscrição do impossível. Por meio dessa realização, operada pelo agente paterno, o sujeito experiencia o inalcançável. Desse modo, vê-se que o descrédito do pai está relacionado tanto com a sua saída do lugar de exceção, quanto com a claudicação da efetivação da castração, do registro da impossibilidade. Ou seja, isso parece também concorrer para o que Miller (2014) quer dizer quando defende que o Real está afetado.

Ao contrário do que Miller (2014) sustenta, Stiglitz (2009) assume que não são os semblantes que estão sendo solapados, mas o que está ocorrendo é uma cisão entre o Real e o semblante. O psicanalista torna clara tal afirmação: “(...) encontramos nos extremos, uma disjunção entre semblante e Real, um semblante vazio do referente que se levante para responder ao Real, isso é, sem uma verdadeira autoridade que encarne a lei” (Stiglitz, p. 110). A valer, o que se dá no campo do semblante é uma intensificação. A título de exemplo, pode-se citar a convocação do povo ao retorno dos militares ao poder deflorada em torno do mundo: o abalo dos semblantes da lei retorna como apelo a uma lei totalitária.

Continuando com Stiglitz (2009), o referente que arcaria com o Real é o pai transmitido como nome, ou seja, que é semblante e que encara o Real. Trata-se, portanto, do pai Real, o qual é incumbido da inscrição da proibição, ao mesmo tempo em que aponta o que é permitido, transmitindo assim uma versão de gozo. Significa dizer então que é por meio do pai Real que o semblante ganha valência.

Em seu seminário, Lacan (1957/1975) afirma que o agente da castração é, de fato, o pai encarnado da realidade, posto que ele está condicionado também à castração. Desse modo, ele testemunha o Real inescapável próprio à vida que, no entanto, pode ser manejado pela via que o próprio pai abre, a do Simbólico.

Para além dessas inflexões, a família patriarcal sofre também a repercussão das mutações do Real. Tais mutações estão em estreita relação com o suporte social que os discursos hodiernos oferecem à, então, pluralidade das formas de laço familiar, resultando em mudanças no lugar da criança. Se, sob uma perspectiva, o questionamento da suposta família tradicional faz transparecer tão somente a quimera familiar, por outra, evidencia a posição de objeto Real que a criança toma na estrutura familiar (Laurent, 2008). Laurent explica que essa posição dá à criança um lugar ambíguo, o qual se traduz em ser desejado intensamente e rejeitado

concomitantemente. A criança é tida como um entrave à família no que tange a sua estrutura ficcional, fazendo transparecer a não realização do ideal.

Reiterando que a criança é constituída por um lugar que o Outro dá a ela, é possível interrogar quais os efeitos do lugar que se dá à criança hoje. Esse lugar parece estar contornado por um desejo errante, ou até mesmo um gozo mortífero (Laurent, 2008), que não servem como orientação para a criança. Quando a criança faz a grande pergunta “O que o Outro quer de mim?”, qual resposta ela mesma consegue forjar? Tanto a paixão quanto o gozo familiares desmedidos não dão consistência para forjá-la. E a ausência de uma resposta que confira um lugar no desejo do Outro ao sujeito causa sofrimento, cuja aparência é variada.

Em meio às investidas científicas sobre a reprodução, bem como as investidas do mercado sobre a infância, põe-se em questão o desejo dos pais para com um filho. Na clínica, os pais chegam muitas vezes sem muito o que dizer sobre os filhos e estão em busca de um *checklist* que os informem como lidar com eles (Jerusalinsky, 2003); não sintomatizam os sintomas das crianças – como quando sugeriam que o filho estava daquele jeito, pois os pais estavam em crise no casamento, por exemplo.

“Além disso, capturados pela rubrica da “parentalidade”, fazem subsumir a ideia da função materna e paterna, obnubiladas pelo ocultamento da diferença sexual na família, na tentativa de encobrir também a falta correspondente” (Teperman, 2020). Tal movimento torna pai e mãe termos equivalentes que passam a se organizar muito mais pelo gozo que pelo desejo, de modo que a família é concernida ao Real em detrimento do Simbólico.

Dessa maneira, os pais dão mostras de que, por vezes, não mais idealizam seus filhos, nem fantasiam sobre a vida deles, o que, por sua vez, faz vacilar o jogo erótico que os pais fazem com os filhos, como assinalou Freud (García, 2007). Assim, nesta época, “a criança como

brinquedo erótico (...) passa do Imaginário ao gozo Real sem nenhuma atenuante simbólica” (García, 2009, p. 43). A falta da mediação simbólica comparece de novo.

Já se sabe que se a linguagem precede o nascituro, é esperado que a cria humana seja, a princípio, um objeto, na medida em que é primeiramente falado. Contudo, esse objeto comportará valores, seja de desejo, seja de dejeção do gozo. O comprometimento da lei paterna viabiliza a tomada do corpo da criança como objeto, nas diferentes formas que ele se apresenta ao gozo da mãe e ao capitalismo. Sob as atuais configurações familiares, a criança se localiza na posição de objeto de mais-gozar, que a põe na condição de ser tomada pelo gozo da parentalidade, ou seja, investida pelo gozo do olhar vigilante, dos excessos, dos caprichos (Teperman, 2020).

O mais-de-gozar, conforme Lacan (1969-1970/1992) o define, pode ser determinado como uma das possíveis modalidades de gozo que se dá em relação ao objeto *a*. Nessa modalidade, o gozo é um resto inassimilável e pressupõe uma operação de mais-valia. Tal operação se dá psiquicamente e tem como fim extrair um gozo extra do objeto. Disso, decorre que a criança é envolvida por um gozo não mais erótico, mas mortífero.

Um ponto importante para esta discussão é que a castração, além de inscrever a lei, é também motivo de direcionamento das pulsões, isto é, orienta o circuito pulsional concatenando-o ao Outro, a favor do laço social. Com o declínio da função paterna, dentre outras afetações, fica prejudicada o apaziguamento das pulsões. Em consequência, há uma crescente propensão da pulsão em afastar-se do campo do Outro, voltando-se ao autoerotismo, isto é, ter seu fim – satisfação – em si mesma, colocando-se fora do laço social.

Essa situação parece manter estreita relação com o fato de que os sujeitos modernos encontram dificuldades em construir um sintoma, posto que desamparados pela ordem

simbólica. O sintoma, como insiste Flesler (comunicação pessoal, 2015⁸), é uma resposta de sujeito. Sua estrutura é calcada em um conflito psíquico frente a algum desarranjo subjetivo, algo que atravessa sua homeostase psíquica – dimensão Real –, e que emerge endereçado ao Outro para ser decifrado. Para a psicanálise, esse sintoma tanto mais se faz importante, quanto mais o sujeito consegue indagar-se sobre ele – dimensão simbólica – e, assim, criar uma narrativa ao seu redor. A precariedade simbólica inibe tal formação, portanto o sujeito fica amiúde sozinho com um protótipo de sintoma e o gozo proporcionado por ele – gozo autoerótico.

Visto isso, partiremos para a questão do Real do corpo em sua relação com as pulsões, tentando circunscrever em que medida há um excesso de organismo e como isso traz sofrimento aos sujeitos-crianças.

6.2 – O Real do corpo

Freud (1915/1996) define os destinos das pulsões: ou elas serão direcionadas a um sintoma, ou se converterão em algo com outra finalidade, que não destrutiva ou sexual, pela sublimação, ou ainda elas poderão retornar ao eu. O problema é que ao retornar para si próprio, o sujeito goza sozinho. E há todo um discurso que reforça esse gozo isolado, como avatar da época da liberdade e da independência.

Deveras, Freud (1915/1996) propõe que a sexualidade infantil é autoerótica, correspondendo a uma disposição perverso-polimorfa da pulsão, segundo a qual as pulsões ainda não se organizaram, tampouco estariam dirigidas a um objeto. A criança, portanto, é pertencente a um tempo de alto teor pulsional que, no entanto, será contido posteriormente pelo

⁸ Afirmação baseada na fala de Alba Flesler, em seu seminário “*El niño en análisis. ¿Cómo, cuándo y por qué?*”, gravado em 2015, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/seminario-online-nino-analisis-cuando/>

que Freud chama de diques anímicos – a vergonha, o nojo, os ideais sociais. Acrescenta-se que as defesas serão constituídas, o Eu e sua formação imaginária, elementos que também restringem as pulsões. Freud afirma ainda que essas contenções são erigidas à revelia da vontade da criança e do seu entorno. Independentemente se a criança foi educada para tal, eles naturalmente apareceriam. Porém, o discurso social não tem reforçado essas barreiras, o que faz com que o corpo fique ao sabor das pulsões. Isso, por sua vez, facilita o distanciamento do laço social, já que não se faz necessário ir ao encontro do Outro em busca de fontes de prazer.

Nos capítulos anteriores viu-se como o estado deficiente da ordem simbólica culmina na dificuldade de separação mãe e filho, o que libera uma lei fundada na lógica materna que obstaculiza a intervenção de um terceiro. Isso produz uma relação dificilmente dialetizável entre a mãe e a criança, que é tomada desde o corpo. Em muitos casos, há inclusive a produção de sintomas no corpo – seja pela extrema excitação, seja pela inibição –, como os sintomas motores no Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade. Levin (2002) alega que o que está em causa é o corpo Real. Nesses sintomas, o corpo Real fica em evidência para o Outro, tomando um peso maior, justamente porque é insuportável um corpo que seja só organismo – Real.

Perante um Outro que olha sem tréguas, como o é o Outro contemporâneo, a criança encontra dificuldades para perceber psiquicamente sua imagem corporal, seus limites corporais, o “eu” e o “outro”, a espacialização, aspectos que guardam relação com a simbolização (Lacet, 2017). Sobre isso, Levin (2002) correlaciona a não inscrição da função paterna responsável por operar uma hiância entre o sujeito e o Outro, bem como estabelecer limites, à coagulação do corpo do sujeito ao corpo do Outro.

O sintoma motor dá testemunho de um corpo Real por demais e com ele lança a tentativa de inscrever algo. Ao que parece, como hipotetiza Lacet (2017), ele força uma separação, ao

mesmo tempo em que, contrariamente, se volta para um campo de não-separação, já que seu corpo se prende à mirada do Outro e também aos seus próprios movimentos. Desse modo, a criança se posiciona no entremeio de ser e não ser o falo materno.

Com efeito, Lacet (2017) chega a duas conclusões acerca desse tipo de sintoma que não se excluem mutuamente, senão que se complementam. Uma diz respeito ao impasse na separação do Outro, como já dito, condição esta que ela deslinda:

os dois ficam presos a esse gozo, e algo do Real do corpo, não sendo marcado pela dimensão simbólica da palavra, comparece como movimento desordenado, produção incessante de signos, como uma tentativa de constituir bordas. A criança, tendo seu corpo preso ao da mãe, não consegue escrever o argumento de seu corpo desejante: há um excesso de Real, ela não produz uma ficção de si mesma que possa servir de envelope Simbólico ao funcionamento pulsional de um corpo próprio – o corpo fala e a criança cala. (Lacet, 2017, p. 128)

A partir da outra conclusão, Lacet (2017) consolida que os sujeitos se abstêm de seu próprio espaço subjetivo, incluindo sua dimensão corpórea, em nome de um gozo que ganha ao se pôr como objeto de gozo do Outro.

Assim, torna-se certo o fato de que tanto o corpo humano quanto o que ele produz – gestos, movimentos, ações – necessitam estar encadeados em uma estrutura simbólica, que, afinal, é o que os humanizam. Nesse sentido, quando uma criança prescinde de um “Outro que inscreva seu gesto na cadeia significante, desvendando-lhe seu caráter metafórico” (Lacet, 2017, p. 90), e que não somente logre um gozo escópico, há efeitos.

Ainda nessa direção, é válido retornar aos argumentos de Brousse (2014) sobre o empobrecimento do recobrimento fálico do corpo e como isso incorre na emersão do aspecto

caótico inerente ao orgânico, domínio do Real, conforme Brousse (2014) chama a atenção. A título de exemplo, Brousse cita a diferença que há entre os fios de cabelo enraizados à cabeça, formando junto com o restante do rosto e da estrutura física uma imagem unificada e, por outro lado, os fios desarraigados. Na primeira situação, os fios participam de um valor fálico, na segunda, eles ganham uma conotação Real. Se ao redor do rosto, o cabelo pode ser fálico, bonito, um bolo de fios de cabelo no ralo do banheiro pode provocar nojo ou repugnância; figura aí um resto que toma o lugar de objeto dejeito.

Flesler (comunicação pessoal, 2015⁹) firma que o Outro Real é imprescindível para a concepção do corpo da criança. Isso porque ao Outro Real, do lado da função materna, caberá marcar para a criança, a partir da sua presença e sua ausência, um enigma sobre o desejo do Outro, que levará o sujeito a captar que não completa o Outro. Assim como, do lado função paterna, compete ao pai Real, por meio de sua própria castração, fazer o filho renunciar ao gozo de ser objeto da mãe e avalizar a separação. Só assim poderá constituir-se um corpo para o sujeito que, além de orgânico, Real, seja também Imaginário, dispondo de uma imagem psíquica, e esteja inscrito falicamente no Simbólico.

Finalizando o percurso pelos três registros, este trabalho partirá agora para um próximo capítulo, no qual será enlaçado o que se pôde extrair de cada um dos capítulos anteriores.

⁹ Afirmação baseada na fala de Alba Flesler, em seu seminário “*El niño en análisis. ¿Cómo, cuándo y por qué?*”, gravado em 2015, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/seminario-online-nino-analisis-cuando/>

7 – EXTRATO FINAL: A ESPECIFICIDADE DO SOFRIMENTO DA CRIANÇA

Ao longo deste trabalho foi perquirida a condição da criança que vive esta época sob a perspectiva dos três registros psíquicos, na tentativa de evidenciar a parte de cada um deles no sofrimento da criança. Para isso, lançou-se mão do método clínico de pesquisa em Psicanálise. Tal método contribuiu evidentemente para localizar pistas substanciais para uma análise desta época.

Os significantes que guiaram essa construção permitiram o encontro com ideais e posicionamentos subjetivos contemporâneos. A abertura ao inesperado sustentou uma busca despreziosa, mas atenta aos detalhes. O acréscimo de breves extratos clínicos pode testemunhar a confluência da teoria com a prática psicanalítica. Sobretudo, o método clínico ampara o modo de se colocar do pesquisador enquanto sujeito de sua pesquisa e, com isso, o modo de se fazer ciência ressurgiu. Afinal, como Agamben (2009) ilumina, ser contemporâneo é, de maneira inteligente, agregar-se ao seu tempo e, concomitantemente, afastar-se dele.

Assim, para iniciar a pesquisa, considerando que os registros psíquicos não se dão isolados da teia discursiva que contornam o laço social, entender o que forma o discurso contemporâneo se fez imprescindível.

Pôde-se compreender como os discursos proeminentes atualmente, qual seja o da ciência e o do capitalismo, colocam o gozo em primeiro lugar. O que se destaca nos seus enunciados são os objetos produzidos pela ciência e vendidos pelo mercado e alçados ao estatuto de objetos *a*. Os sujeitos se mantêm em relação direta com os objetos de modo que o Outro é apartado, deixando o sujeito ilhado com o objeto.

Os significantes-mestres provenientes da ideologia veiculada nesses discursos conformam ideais supervalorizados de liberdade, felicidade e autonomia de indivíduos que se

associam a imperativos de gozo. Tal gozo é amiúde desatado do Outro, na medida em que é narcísico, autoerótico e não se pauta na palavra, na perda de gozo inerente à linguagem, mas no ganho sempre a mais.

Frente a isso, o Simbólico, que, por meio dos contratos sociais mediados pela linguagem, até então era um forte regulador das relações humanas e objetais, míngua. Essa lacuna logo vem a ser preenchida pela imagem, a qual desponta como um novo ordenador que, porém, convocando o Imaginário, confere uma ordenação um tanto inflada do Eu, do narcisismo, da reafirmação imaginária.

A família constituída no Outro e transmissora do que esse Outro produz, ou seja, da cultura, também está imersa nesse caldo de significantes e se engaja nesses mesmos ideais. Daí que junto com Roy (2021) podemos atestar a posição do gozo como central na família moderna. O reposicionamento desse elemento não é sem efeitos, pois incide justamente na localização da criança na família, cujo ponto-nodal é ser “condensadora de gozo” (Roy, 2021, s/p). A família hoje se organiza em torno da criança, pondo-a no centro como objeto de gozo, mais especificamente, ela parece se organizar em torno dos problemas ocasionados pela criança.

Os discursos propõem a parentalidade como nomeação dos cuidadores primordiais de uma criança, implicando nesse termo a possibilidade de uma igualdade entre pai e mãe, isto é, ocultando a diferença sexual necessária para a transmissão subjetiva operada pela família que participa da constituição do sujeito. Além disso, há aí um propósito de mercado, pois este oferece aos agentes da parentalidade, uma imensidão de produtos a serem consumidos, baseando sua oferta nos ideais que formam a noção de parentalidade: criar filhos sem traumas, dar tudo a eles, formar pessoas produtivas, adultos bem-sucedidos.

O recuo da ordem Simbólica abala a família tradicional, dado que essa se sustentava em uma estrutura rígida, com papéis fortemente definidos, cujo centro era o pai. O questionamento

das novas gerações aos valores e conhecimentos no intuito de revolucionar os velhos padrões promove a oscilação da função precípua da família: a transmissão da cultura que sustenta a diferença geracional. Significa então que a transmissão da experiência de uns para os outros tem sido desfavorecida em prol da demanda de novos princípios, de modo que se estreita a diferença geracional colocando as relações em patamares iguais. O infortúnio que surge é, além do apagamento das diferenças, a supressão da autoridade.

O redimensionamento do Outro Simbólico também é caracterizado pela ascensão da mulher. À medida que a mulher ganha espaço na sociedade, o homem titubeia em sua posição de referência máxima no patriarcado, inclusive como agente paterno. Este último aspecto interessa, uma vez que o pai é, como Lacan (1969/2003) define, “um vetor de uma encarnação da Lei no desejo”. A insuficiência da função paterna frente à posição inexorável da função materna, a qual, hoje é reforçada e sustentada pelo discurso social, torna a criança muito mais suscetível à captura como objeto Imaginário materno, bem como o enfraquecimento da lei torna-a também mais vulnerável aos discursos, sendo tomada como objeto por eles igualmente.

Nessa mesma direção, há a avalanche de imagens que chegam às crianças, muitas vezes a serviço das ideologias de mercado, leva uma quantidade de estímulo difícil de ser administrado pelo corpo da criança. A resposta é frequentemente a apassivação frente às tecnologias que reproduzem essas imagens, como se o corpo ficasse separado da cena que se desenrola, mas a todo momento sendo convocado pelos estímulos que ela emite. O resultado é um não saber o que fazer com esse corpo solto. Além de que ainda é difícil para as crianças elaborar o que vê, assumindo que elas ainda não dispõem de um aparelho Simbólico consistente que efetuará essa elaboração.

A proliferação das imagens contribui para o robustecimento do Imaginário em desprestígio do Simbólico, portanto, os sujeitos se vêm desprovido de uma forte referência que

é a lei simbólica. Além de, como pôde ser visto, o Simbólico tem a função de falicizar o organismo, por exemplo, que faz parte da operação de torná-lo um corpo na ordem psíquica, operação esta que não é feita por outro elemento. Dessa forma, sem ganhar um contorno fálico, resta ao organismo ser somente órgãos, permanecendo Real. O Real do corpo é angustiante para o sujeito.

O sujeito sofre desde a sua entrada na linguagem. A criança contemporânea sofre com a falta de significantes doados pelo Outro que muito mais a tenta encaixar em um ideal chapado em uma imagem, fazendo dela objeto de gozo. Ao colocá-la nessa posição, a criança deixa de ser objeto narcísico dos pais, aquela que se tornaria tudo o que os pais não foram capazes de realizar.

Contrastante a isso, o que se eleva é a dimensão narcísica na postura parental. Nesse sentido, tal como Kehl (2003) preconiza, a lei paulatinamente se assemelha ao capricho, isto é, passa a ser regulado pelo livre-arbítrio dos pais.

Entretanto, assim como o sujeito-criança não se diferencia de um sujeito-adulto, a não ser por especificidades em sua posição como sujeito, com o sofrer na infância se dá o mesmo. E é sobre isso que será feita uma última consideração.

Para além das características que cada registro confere ao sofrimento do sujeito, pode-se afirmar que o sujeito-criança guarda uma lógica particular em seu sofrer. Em primeiro lugar, a posição da criança como sendo um lugar que o Outro dá a ela, no desejo, no gozo, no amor, confere ao seu modo de sofrimento a dependência de um semelhante que faça a leitura de seu padecimento e traduza para a comunidade humana. O Outro é feito um tradutor, ele tornará acessível aos demais o que a criança expressa. No entanto, tanto as alegrias quanto as tristezas da criança estarão vinculadas à interpretação do Outro, o que quer dizer que um e outro dependerão da nomeação que o Outro é capaz de dar.

Depois, há especificidades do sofrimento da criança relativas a essa época. Pode-se destacar inicialmente, a posição da criança como objeto de um ideal estruturado pela união do discurso da ciência com o capitalismo. Esse ideal correspondente a uma “criança prodígio”, que se desenvolve e evolui linearmente. Com vistas ao alcance desse ideal, os discursos efetuam manobras que silenciam a criança, já que o que é inerente à criança vai de encontro ao ideal. A enxurrada de diagnósticos e, conseqüentemente, a medicalização da infância respondem a tal circunstância.

Soma-se a isso, o interesse do discurso mercadológico em fazer das crianças mais um mercado-consumidor. Para isso, tornam-nas alvo de suas ofertas.

Sucedo daí a dessubjetivação da criança, na medida em que ela é tomada como objeto no discurso e não como sujeito que comparece com o seu desejo ou, no caso da criança, não comparece dando passos em direção ao próprio desejo. Os discursos hodiernos são repletos de premissas categóricas proferidas por especialistas que dizem saber sobre a criança. No entanto, esse saber agencia a extinção de toda e qualquer ameaça à criança ideal concebida pelo Outro.

Esse aspecto faz lembrar uma situação na clínica. Atendo uma criança há pouco tempo. Os pais chegam bastante embaraçados com alguns comportamentos do filho tais como o recente desgosto pela escola, desentendimentos com um colega específico, agitação nos dias em que está em casa e não há o que fazer. Aparentemente, nada muito preocupante. Contudo, essa criança já havia sido levada ao psiquiatra e medicada.

Começo a ver a criança. Certo dia, precisei remarcar seu horário. Ao ligar para a mãe, ela me detém ao se despedir do telefonema. Afirma que precisa me dizer algo: o menino tem cortado suas roupas, chega da escola com rasgões na blusa ou na calça, e que será necessário trabalhar isso com ele. Faço algumas questões a ela acerca do acontecido, ela diz que inclusive

mostrou ao pai o tamanho do buraco que a criança fez na vestimenta. Depois pergunto: “Você perguntou ao seu filho o que está acontecendo?”, ao que ela responde: “Ahh! Não!”.

Essa última resposta ressoou para mim. Parecia que essa hipótese de se dirigir ao filho e questioná-lo sobre o que tem acontecido, o que o tem perturbado que o faz fazer um corte em seus próprios panos (quicá para não cortar o outro ou a si mesmo), não havia passado nem de longe nos seus pensamentos.

Tal passagem é frequente na clínica: os cuidadores em completo desconhecimento da criança, quando não um estranhamento. “O que eu faço com essa criança aqui?”. Traduz-se assim muitas das inquietações que os pais levam para os especialistas. No caso mencionado, ainda que a mãe reconheça algo esquisito com a criança, imediatamente rechaça isso, ao transferir para a analista, manda para “longe”. A quebra do ideal do Eu, a rasura na dimensão narcísica é motivo de distanciamento. Assim, pode-se analisar que as crianças estão a um só tempo tão próximos de seus pais e tão longe deles, como um objeto que de tão perto dos olhos não se é capaz de enxergá-lo.

Se, por um lado, os pais estão desautorizados de assumirem seus lugares como referenciais, por outro, as crianças reclamam alguém que faça algo por elas, que olhem para o seu sofrer, o seu corpo que padece frente a tanta informação, tanto estímulo, a sua objetificação, ou o seu estar à deriva. Muitas vezes, ninguém se dispõe a impedir que a criança se aliene em discursos, ou que amenize seu desamparo, por não serem efetivamente oferecidos a ela “uma identificação ideal” (Lima, 2009). Assim, “sem mediação da falta materna e da Lei do desejo do pai, não resta outra saída senão manter a criança como vítima do gozo mortífero da infância generalizada que responde ao imperativo hedonista da sociedade de consumo” (Lima, 2009, p. 216).

Flesler (comunicação pessoal, 2018¹⁰) defende que hoje os pais se colocam muito mais como acompanhantes de seus filhos do que como referências que os orientariam na vida em que são recém-chegados.

Há um álbum muito interessante que entoa as peripécias deste tempo, no que tange aos outros envolvidos com a criança. Chama-se “Niños”¹¹. Na realidade, como ele é cantado por um coral de crianças, o álbum se compõe, sob uma perspectiva psicanalítica, como uma mensagem endereçada ao Outro. De modo especial, cito aqui a música “*Cancherito Arrepentido*”. Nela, as crianças revelam a impressão que tem de seus pais, os quais as tentam convencer de algo, mas logo voltam atrás, como descrito nas estrofes: “*A veces digo a la cama y sin postre / A ver si consigo que terminen de pelear / Pero a ratos se siente arrepentido / Y nos trae un poquitito de flan.*” (“Às vezes digo, ‘à cama e sem sobremesa’/ a ver se consigo que parem de brigar / Mas, às vezes, sente-se arrependido e nos traz um pouquinho de flan”). O palpite das crianças se resume no título da música: cachorro arrependido, expressão popular cujo sentido é de alguém que não sustenta suas decisões e, de alguma forma, as desfaz.

Com isso, não só os pais se mostram confundidos, mas as crianças se quedam sem compreender. Na canção, elas dizem: “*Por eso, le decimos con justicia / y por supuesto también con mucho amor / sois como padres, / un cancherito arrepentido / qué dice si y después no*” (Por isso, os dizemos com justiça / e, por suposto, também com muito amor / sóis, como pais, um cachorro arrependido / que diz sim e depois não”). Nem sempre, porém, as crianças

¹⁰ Seminário de Alba Flesler, “*Madres, padres y niños de nuestro tiempo. ¿Qué decimos los psicoanalistas?*”, gravado em 2018, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/inscribirse-cursos/madres-padres-y-ninos-de-nuestro-tiempo-que-decimos-los-psicoanalistas/>

¹¹ Álbum de Hugo Midón e Carlos Gianni disponível no Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=6N6scOI73OI&list=PLUXjV450ABFh2dztRxS2cvDhmZMSBkbOp&index=4>)

conseguem dizer sobre o que vão percebendo e sentindo e, com isso, podem produzir sintomas, inibições, angústias ou atos.

Esse desamparo revivido pelas crianças as deixa mais vulneráveis a tornarem-se objetos mais-de-gozar do Outro. Essa posição que, aliás, ratifica seu desamparo, não é um lugar do qual a criança possa se apropriar e, de alguma forma, tentar chamar de seu, pois, como objetos mais-de-gozar, não há assimilação. É como se a criança não pudesse compreender o que querem dela para construir sua resposta. Na ausência de uma resposta, a criança é colocada mais ainda nessa posição.

Para além da versão objetificada da criança, tem-se ainda a criança no lugar de objeto do Outro materno, isto é, uma posição de objeto que se dá em uma posição muito mais psíquica. Como Lacan (1969/2003) formula: “Aqui, é diretamente como correlata de uma fantasia que a criança é implicada” (p. 369). Isso, não sem antes alertar que “A articulação se reduz muito quando o sintoma que vem a prevalecer, decorre da subjetividade da mãe” (Lacan, 1969/2003, p. 369).

Tal como se a criança fosse tomada diretamente pelo inconsciente da mãe. Isso não é o equivalente ao ideal que os pais costumam construir em torno dos seus filhos. Nesse caso, quase não há uma estrutura simbólica que ajude a metaforizar o que é de um e o que é do outro. Não há separação suficiente para que a criança construa seu próprio desejo, de modo que ela se torna quase uma extensão da mãe. Daí que a articulação é mais difícil, posto que a entrada de um terceiro é estorvada.

Porém, Lacan (1969/2003) revela também o elemento que falta: “A distância entre a identificação com o ideal do eu e o papel assumido pelo desejo da mãe, quando não tem mediação (aquela que é normalmente assegurada pela função do pai), deixa a criança exposta a todas as capturas fantasísticas” (p. 369). Falta a dimensão paterna, na medida em que ela vem

como um vetor que organiza esse desejo insaciável da mãe, assim como ela porta um traço no qual o sujeito se ancorará para construir seu ideal do eu, uma estrutura simbólica que, de certa forma, remete o sujeito ao Outro além da mãe.

Se, como é sancionado, o pai, por meio de um significante, “é vetor de uma encarnação da Lei no desejo”, é possível depreender que sua função é um recurso para franquear o desejo nascente da criança, de forma que ela não permaneça como objeto de um Outro que o usufrui à livre-vontade.

A despeito de toda relatividade que já foi dada ao pai na teoria psicanalítica, importa frisar que a função paterna é referida a uma marca sexual, a qual introduz a diferença, pois ainda que a criança seja filha de um casal homossexual, o que é da ordem da diferença sexual, enquanto o que remete à alteridade, pode e deve ser introduzido. Afinal, uma criança se inscreve no mundo, senão pela alteridade (criança – mãe – falo). Tal aspecto, portanto, é de suma importância, uma vez que é essa marca sexual que está decadente na cultura.

Com isso, como notificado anteriormente, há uma dificuldade contemporânea relacionada à não assunção da posição sexuada. Feito um ciclo, essa dificuldade inicia-se ainda na separação edípica ocorrida na infância e na adolescência, já que a introdução da lei no desejo é claudicante. As adversidades em se dar a separação complica a transmissão do falo do pai para o menino e a transmissão da feminilidade da mãe para a menina, de tal modo que ser homem e ser mulher, ao se tornar adulto, são prejudicados. Não se posicionando como homem e como mulher, fazer-se pais torna-se complicado, afinal, é como homem e mulher que eles exercerão uma função, seja ela qual for.

Une-se a isso o apagamento das diferenças geracionais, contribuindo para que adultos e crianças permaneçam em um mesmo patamar. Mais ainda, há a sobrevalorização do que é novo em desprestígio do que é velho interrompendo o fluxo de transmissão de saber entre uma

geração e outra, já que não se deposita no outro a crença de que ele saiba algo sobre a vida. Resulta que a dimensão da autoridade também é enfraquecida. Quem responderá a quem?

E Lacan (1969/2003) sustenta que, distante do pai, este que introduz as insígnias da alteridade, a criança “se torna o "objeto" da mãe e não mais tem outra função senão a de revelar a verdade desse objeto” (p. 369).

A verdade, na teoria lacaniana, comporta uma estrutura de ficção, logo, a verdade da mãe é ficcional e inconsciente. Resulta disso que, ao mesmo tempo em que a criança pode apresentar o desejo materno, ela pode também ser apropriada por uma demanda inconsciente. Vale ressaltar que essa posição não remete somente à psicotização da criança, mas a uma posição difícil de sair. Localização de um objeto do qual se extrai um gozo a mais, enredada na fantasia materna. Não se goza com a criança, goza-se dela, de seu corpo, de seus sintomas, de seus comportamentos.

Flesler (comunicação pessoal, 2018¹²) diferencia esses posicionamentos da criança relacionando-os a quando este se dá por meio de uma resposta ao Outro e quando se dá por meio da realização da fantasia do Outro. Tem-se então, de um lado, um casal parental que endereça um conflito ao filho, cujo posto é o de um substituto fálico, e, do outro lado, a criança satisfazendo a fantasia materna, presentificando para a mãe o objeto *a* de sua fantasia. Dessas alternativas, decorre a criança como eu ideal, que completa imaginariamente o outro, ideal do eu, aquele que gera uma completude narcísica do outro, ou objeto com que o outro se satisfaz.

¹² Seminário de Alba Flesler, “*Madres, padres y niños de nuestro tiempo. ¿Qué decimos los psicoanalistas?*”, gravado em 2018, disponível no site: <https://www.albaflesler.com.ar/inscribirse-cursos/madres-padres-y-ninos-de-nuestro-tiempo-que-decimos-los-psicoanalistas/>

Contudo, posteriormente, Lacan (1968-1969/2008) vai dizer o que resulta em comum dessas duas saídas na infância: ser objeto *a* liberado. Ou seja, para além da mãe, a criança também é objeto com que a sociedade, a família, a cultura, o mercado gozam.

Frisa-se também a importância de que o pai não compareça somente como uma autoridade, mas que ele divida o desejo materno, isto é, que esse desejo não se encerre na criança, que haja uma parte que se dirija para além dela. Significa dizer que o objeto criança vem, no melhor dos casos, se alojar entre a mulher e a mãe. (Miller, 2014).

Do contrário, se prevalece a mãe em detrimento da mulher ou a mulher em detrimento da mãe, há recorrências diferentes para a criança, mas ambas não são das melhores. Se a criança ocupa completamente o buraco da falta da mãe, a divisão do desejo materno é obnubilada. dele. Quando não ocorre uma cisão, ou a criança “sucumbe como dejetos do par genitor, ou, então, entra com a mãe numa relação dual que o alicia - para empregar o termo de Lacan - o alicia com fantasia paterna” (Miller, 2014, p. 4).

Retomando a função paterna, Miller (2014) lembra que Lacan certa vez se referiu a ela como humanizadora do desejo, e explica que o que se exprime dessa expressão é a mediação que compete ao pai entre um desejo anônimo, como o do Outro social, e o desejo particular, como o do Outro materno. O autor esclarece: “Penso que, com efeito, o universal nu e cru é inteiramente alienante: aliena a verdade sempre particular do sujeito. Ao mesmo tempo, não se pode viver no particular; por isso há uma manobra...” (Miller, 2014, p. 15).

A julgar por essas considerações, pode-se perceber como o sofrimento da criança se dá em uma lógica particular, mas que não se difere ao estar em resposta a um Outro. Além disso, depreende-se como o Outro da infância no contemporâneo comparece na situação e quais as coordenadas são estabelecidas por ele. Por um lado, às vezes, testemunha-se crianças altamente alienadas a um Outro anônimo, midiático, quase como se fossem filhas da TV, dos jogos, com

problemas na aquisição da linguagem devido à monotonia do que assiste, ou com dificuldades no manejo do corpo, devido à intensa excitação ou, de outro modo, à baixa relação entre o corpo e o seu entorno. Por outro lado, mas não são lados excludentes, constata-se crianças petrificadas na fantasia alheia, funcionando como uma marionete, cujo joguete se dá a partir do manuseio unilateral, e não por meio de um jogo erótico, como seria interessante no caso de pais e filhos.

Fato é que o lugar da criança na civilização já não é mais o de outrora. Afinal, se a infância é uma construção histórica, a criança também o é – pois não há infância sem criança, apesar de haver criança sem infância. Desse modo, cumpre a nós, adultos, analisar criticamente que acepção estamos dando à criança/infância nesta época e quais os efeitos disso para ela.

Os limites do Outro, do Simbólico, sempre deram mostras de que estavam lá, isto é, o Real. Contudo, a maneira como se dá o encontro do sujeito com o Real que é a preocupação da psicanálise. Neste caso, o Real da infância.

Se as perguntas movem os pesquisadores, não houve a pretensão de esgotar a interrogação que despontou esta pesquisa a fim de que existam mais pesquisadores interessados por ela. Urge ouvir o que as crianças querem nos dizer, visto que cada vez mais elas precisam aprimorar os modos de se fazer escutar (índice de que estamos bastante surdos).

8 – REFERÊNCIAS

- Agamben, G. (2009). O que é o contemporâneo? In G. Agamben, *O que é o contemporâneo? e outros ensaios* (pp. 57-73). Argos. ISBN: 8578970055
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família* (Vol. 2). LTC.
- Barros, M. R. C. R. (2014). Procriações. In O. M. & V. L. A. Ribeiro (Orgs.). *Um Real para o século XXI* (pp. 293-295). Scriptum.
- Bernardino, L. M. F. (2021). Da babá “catódica” aos duplos virtuais: os novos ‘outros’ da infância contemporânea. In A. Baptista & J. Jerusalinsky (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas. O sujeito na era das relações virtuais* (pp. 146-165). Ágalma. ISBN: 8585458437
- Brasil (2014). Metilfenidato no tratamento de crianças com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. *Boletim Brasileiro de Avaliação de Tecnologia em Saúde*. Anvisa. ISSN: 1983-7003
- Brousse, M. H. (2007). Em direção a uma nova clínica psicanalítica. *Latusa digital*, 30(4).
- Brousse, M. H. (2014). Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do espelho. *Opção lacaniana online*, 5(15), 1-17. ISSN: 2177-2673
- Brousse, M. H. (2018, abril 16th). Family games. *Lacanian Review Online*, 75. <http://www.thelacanianreviews.com/family-games/>
- Calabria, R. (2011). Culpa. In A. Harari e V. A. Ribeiro (Orgs.), *A ordem simbólica no século XXI* (pp. 91-93). Scriptum.
- Checchia, M. (2015). *Poder e política na clínica psicanalítica*. São Paulo: Annablume. ISBN: 8539106922.

- Coelho dos Santos, T. (2016). O Outro que não existe: verdade verídica, verdades mentirosas e desmentidos veementes. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 19, 565-604. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982016003011>
- Dardot, P., & Laval, C. (2017). *A nova razão do mundo*. Boitempo. ISBN: 8575594842.
- Daumas, A. (2007). El niño y las enfermedades del lazo. In E. Stoisa & S. Goldber, *Psicoanálisis con niños y adolescentes: lo que aporta la enseñanza de J. Lacan* (pp. 49-54). Grama Ediciones.
- Dufour, D. R. (2005). *A arte de reduzir as cabeças*. Companhia de Freud. ISBN: 8585717939
- Dufour, D. R. (2009). O divino mercado: a revolução cultural liberal. *Companhia de Freud*. ISBN: 8577240584
- Dunker, C. I. L. (2015). *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. Boitempo. ISBN: 8575593951
- Fari, P. (2014). Lalingua. In O. Machado & V. L. A. Ribeiro (Orgs.), *Um Real para o século XXI* (pp. 220-223). Scriptum
- Faria, M. R. (1994). Análise... de quem? As entrevistas preliminares no atendimento de crianças. In J. F. Brauer (Org.). *A criança no discurso do outro: um exercício de psicanálise*, 37-48. Iluminuras.
- Formigoni, M. C. (2017). Segregação, infância generalizada e alegria: questões para a psicanálise. *Revista de Psicanálise Stylus*, (34), 75-82. <https://doi.org/10.31683/stylus.v0i34.26>

- Fragelli, I. K. Z., & Petri, R. (2004). A transmissão da falta, a partir da leitura do seminário IV de Lacan. *Estilos da clinica*, 9(17), 118-127. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v9i17p118-127>
- Franco, F., Catro, J. C. L., Manzi, R., Safatle, V., & Afshar, Y. (2020). O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In V. Safatle (org.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*, 47-76. Autêntica.
- Freud, S. (1956). Totem e Tabu. In S. Freud, *Totem e Tabu* (pp. 11- 164). Imago. (Trabalho original publicado em 1913)
- Freud, S. (1969). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *O futuro de uma ilusão* (Vol. 21) (pp. 65-148). Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1980). Psicologia das massas. In S. Freud, *Além do princípio do prazer* (Vol. 18) (pp.77-154). Imago. (Trabalho original publicado em 1921).
- Freud, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In S. Freud, *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos* (Vol. 1) (pp. 333-345). Imago. (Trabalho original publicado em 1950[1895]).
- Freud, S. (1996). Além do princípio de prazer. In S. Freud, *Além do princípio do prazer* (Vol. 18) (pp. 11-76). Imago. (Trabalho original publicado em 1920)
- Freud, S. (1996). As pulsões e suas vicissitudes. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico* (Vol. 14) (115-143). Imago. (Trabalho original publicado em 1915).
- Freud, S. (1996). Sobre o narcisismo: uma introdução. In S. Freud, *A história do movimento psicanalítico* (Vol. 14) (pp. 75-109). Imago. (Trabalho original publicado em 1914)

- Ganivet-Poumellec, A. (2014). Capital, trabalho e dinheiro. In O. M. & V. L. A. Ribeiro (Orgs.). *Um Real para o século XXI*. Scriptum
- García, G. L. (2009). El recurso a la infancia. In A. Daumas & G. Stiglitz (orgs.), *Psicoanálisis con niños y adolescentes 2: Políticas, prácticas y saberes sobre el niño* (pp. 41-48). Grama Ediciones.
- Hamad, A. M. (2003) A criança é o pai do homem. In A. M. Meira (Org.), *Novos sintomas* (pp. 12-27). Ágalma
- Han, B. C. (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes
- Harari, A. & Ribeiro, V. L. A. (2011). *A ordem simbólica no século XXI*. Scriptum
- Harvey, D. (2003). *Novo imperialismo (O)*. Edições Loyola.
- Iaconelli, V. (2020). Sobre as origens: muito além da mãe. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (pp. 8-16). Autêntica
- Jerusalinsky, A. (2003). As crianças do ready made. In A. M. Meira (Org.) *Novos Sintomas* (pp. 37-40). Ágalma
- Jerusalinsky, J. (2015, 24 novembro). A criança em constituição na era das relações virtuais. As crianças entre os laços familiares e as janelas virtuais – Parte 1. *Estadão*. <https://emails.estadao.com.br/blogs/crianca-em-desenvolvimento/a-crianca-em-constituicao-na-era-das-relacoes-virtuais/>
- Jerusalinsky, J. (2015, 30 março). Para onde vamos com o autismo? *Estadão*. <https://emails.estadao.com.br/blogs/crianca-em-desenvolvimento/para-onde-vamos-com-o-autismo/>

- Jerusalinsky, J. (2021). Laços familiares e janelas virtuais. In A. Baptista & J. Jerusalinsky (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas. O sujeito na era das relações virtuais* (pp. 39-55). Ágalma
- Jerusalinsky, J. (2021). Que rede nos sustenta no balanço da web? – O sujeito na era das relações virtuais. In A. Baptista & J. Jerusalinsky (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas. O sujeito na era das relações virtuais* (pp. 13-38). Ágalma
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. In G. Câmara & R. da Cunha, *Direito de família e psicanálise: rumo a uma nova epistemologia* (pp. 163-173). Imago
- Lacan, J. (1998). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 496-533). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1957).
- Lacan, J. (1974-1975). *O seminário. livro 22: R.S.I.* Inédito.
- Lacan, J. (1979). *O Seminário, livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.* Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1964)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 20: mais, ainda.* Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1973)
- Lacan, J. (1985). *O seminário, livro 3: as psicoses.* Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1955-1956)
- Lacan, J. (1986). *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud.* Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1953-1954).
- Lacan, J. (1992). *O seminário, Livro 17. O avesso da psicanálise.* Jorge Zahar Editor (Trabalho original publicado em 1969-1970).

- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 2: o Eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1954-55)
- Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: As relações de objeto*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957)
- Lacan, J. (1998). De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 537-590). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1955-1956).
- Lacan, J. (1998). Formulações sobre a causalidade psíquica. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 152-194). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1946).
- Lacan, J. (1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1953)
- Lacan, J. (1998). Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia. In: J. Lacan, *Escritos* (pp. 127-151). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1950)
- Lacan, J. (1998). O estádio do espelho como formador da função do eu. In J. Lacan, *Escritos* (pp.96-103). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1949).
- Lacan, J. (2003). Alocução sobre as psicoses da criança. In J. Lacan, *Outros escritos*. Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1968)
- Lacan, J. (2003). Nota sobre a criança. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 369-370). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1969)
- Lacan, J. (2003). Os complexos familiares na formação do indivíduo. In J. Lacan, *Outros Escritos* (pp. 29-90). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1938)

- Lacan, J. (2008). *O Seminário: Livro 16. De um outro ao Outro*. Jorge Zahar. (Trabalho originalmente publicado em 1968-1969).
- Lacet, C., & Rosa, M. D. (2017). A escuta psicanalítica da criança e seu corpo frente ao diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Laurent, E. (2008). El niño como Real del delirio familiar. *Escuela lacaniana de Psicoanálisis del Campo Freudiano*. https://elp.org.es/el_nino_como_Real_del_delirio_familiar_e/
- Laurent, E. (2012). Século XXI: não relação globalizada e igualdade entre os termos. In E. Laurent (Org.), *A psicanálise e a escolha das mulheres* (pp. 183-192). Scriptum
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- Lerude, M. (2021). Como se coloca a questão das identificações na era da internet generalizada?. In A. Baptista & J. Jerusalinsky (Orgs.), *Intoxicações eletrônicas. O sujeito na era das relações virtuais* (pp. 193-210). Ágalma
- Levin, E. (2002). *A infância em cena: constituição do sujeito e desenvolvimento psicomotor*. Vozes.
- Levisky, D. L. (1998). *Adolescência: Reflexões Psicanalíticas*. Casa do Psicólogo.
- Lima, G. G. D. (2009). Criança: objeto a liberado?. *Educação em Revista*, 25, 203-218. <https://doi.org/10.1590/S0102-46982009000100011>
- Lollo, P. (2017). Psicanálise contra o fascismo: Do mito da Torre de Babel à diferença entre Real, Simbólico e Imaginário. *Estudos de Psicanálise*, (48), 15-24. ISSN: 0100-3437
- Machado, O. & Ribeiro, V. L. A. (2014). *Um Real para o século XXI*. Scriptum

- Meira, A. M. (2003). Pequenos brinquedos, jogos sem fim – Os sintomas no brincar da criança contemporânea. In A. M. Meira (Org.) *Novos Sintomas* (pp. 41-54). Ágalma
- Miller, J. A. (2001). Psicanálise pura, psicanálise aplicada & psicoterapia. *Phoenix*, 3(3), 9-44.
- Miller, J. A. (2006). A arte do diagnóstico: o rouxinol de Lacan. *Curinga*, 23, 15-33. ISSN: 2177-2673
- Miller, J.-A. (2011) *Perspectivas dos Escritos e Outros Escritos de Lacan: entre desejo e gozo*. Jorge Zahar Editor.
- Miller, J. A. (2014). A criança entre a mãe e a mulher. *Opção lacaniana online*, 15, 01-15. ISSN: 2177-2673
- Miller, J.-A. (2014). O Real no século XXI. Apresentação do tema do IX Congresso da AMP. In O. Machado & V. L. A. Ribeiro (Orgs.), *Um Real para o século XXI* (pp. 21-32). Scriptum
- Minnicelli, M. (2016). Vazio de autoridade hoje ou estamos buscando onde não é? In R. Voltolini (Org.), *Retratos do mal-estar contemporâneo* (pp. 195-209). Escuta/FAPESP
- Nepomiachi, R. (2011). Alienação. In A. Harari e V. A. Ribeiro (Orgs.). *A ordem simbólica no século XXI*. Scriptum
- Nolasco, L. R. (2020). *Infância (s) no neoliberalismo: perspectivas sobre o brincar* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo].
- Oliveira, B. S. A. D., & Carvalho, L. B. C. (1994). O atendimento de crianças: questões sobre a estrutura psicótica. In J. F. Brauer (Org.), *A criança no discurso do outro: um exercício de Psicanálise* (pp. 25-35). Iluminuras

- Paulozky, D. (2011). Imagem. In A. Harari, & V. L. A. Ribeiro (2011). *A ordem simbólica no século XXI* (pp.198-201). Scriptum
- Paravidini, J. L. L., Araujo, S. A. S.& Neves, A. S. (2019). A perda da experiência de si na infância no cenário neoliberalista: o ritmo do desamparo social. *Crítica Cultural*, 14(1), 57-70. <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.1401201957-70>
- Rassial, J.-J. (2004). O enigma do pai Real. *Estilos da Clínica*, 9(16), 130-137. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v9i16p130-137>
- Rehbein, M. P., & Chatelard, D. S. (2019). Questões críticas do estatuto da feminilidade na contemporaneidade e suas repercussões. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 35, 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35411>
- Roy, D. (2021). Pais exasperados – crianças terríveis. (Cristina Vidigal, trad.). Texto publicado no *Zapresse*, pronunciado no dia 13 de março de 2021, por ocasião do encerramento da 6ª Jornada do *Institut de l'Enfant*. Editado por Frédérique Bouvet e Isabelle Magne.
- Safatle, V. (2020). *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação*. Autêntica.
- Smith, F. G. (2014). Pai. In O. M. & V. L. A. Ribeiro (Orgs.). *Um Real para o século XXI* (pp. 273-276). Scriptum
- Stiglitz, G. (2009). La familia y la época. In A. Daumas & G. Stiglitz (orgs.), *Psicoanálisis con niños y adolescentes 2: Políticas, prácticas y saberes sobre el niño* (pp. 109-112). Grama Ediciones.
- Teperman, D. (2020). Parentalidade para todos, não sem a família de cada um. In D. Teperman, T. Garrafa & V. Iaconelli (Orgs.), *Parentalidade* (pp. 78-94). Autêntica

Teperman, D., Garrafa, T., & Iaconelli, V. (2020). *Parentalidade*. Autêntica Editora.

Trobas, G. (1993). Angústia moderna, angústia de sempre. *Curinga, 1*, 17-28.

Vincent, D. (2003). A infância na modernidade – Carta aos brasileiros. In A. M. Meira (Org.), *Novos sintomas* (pp. 64-75). Ágalma

Zagury, T. (2004). *Encurtando a adolescência*. Editora Record

Zupancic, A. (2007) Freedom and cause. II Congresso Internacional de Filosofia da Psicanálise. Universidade Federal de São Carlos.